



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**PATRÍCIA GONÇALVES DE CARVALHO**

**O PAPEL DO PODER PÚBLICO  
NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:  
UM ESTUDO DE CASO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília  
2010

**PATRÍCIA GONÇALVES DE CARVALHO**

**O PAPEL DO PODER PÚBLICO  
NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:  
UM ESTUDO DE CASO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração e Gestão Pública.

Orientador: Prof. Mestre Adm. Paulo Moreira Goulart

Brasília  
2010

**PATRÍCIA GONÇALVES DE CARVALHO**

**O PAPEL DO PODER PÚBLICO  
NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:  
UM ESTUDO DE CASO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração e Gestão Pública.

Orientador: Prof. Mestre Adm. Paulo Moreira Goulart

Brasília, 1º de dezembro de 2010.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

---

Prof. Mestre Francisco Roberto Santoz

**Dedico este trabalho ao meu marido, Theodoro, e aos meus filhos, Felipe e Camila, razão da minha vida e força que me impulsiona a vencer todos os desafios.**



## **AGRADECIMENTO(S)**

Agradeço aos meus colegas de trabalho no Superior Tribunal de Justiça que me motivaram e me apoiaram ao longo deste curso e durante a realização deste trabalho, em especial à Sueli Cristina, grande incentivadora.

Agradeço aos integrantes do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ, especialmente à sua Coordenadora, Dra. Ketlin Feitosa, que gentilmente me abriu as portas do Programa, sendo uma grande colaboradora para a realização deste estudo.

Agradeço, ainda, a todos os servidores do STJ que cederam preciosos minutos de suas vidas respondendo ao questionário de pesquisa, o que permitiu o enriquecimento do presente estudo.

Agradeço à minha família e aos amigos o apoio incondicional ao longo deste último ano, a compreensão e o incentivo nos momentos de ausência e dificuldades.

Por fim, agradeço imensamente ao Professor Adm. Paulo Moreira Goulart, orientador deste trabalho, a paciência e a maestria com que conduziu meus esforços, sabendo contornar com muita criatividade meus momentos de incertezas. A ele, o meu muito obrigada!

***Você deve ser a própria mudança que deseja  
ver no mundo.***

***Mahatma Gandhi***

## RESUMO

O presente estudo de caso propôs-se a identificar as ações implementadas no Superior Tribunal de Justiça em favor da sustentabilidade, bem como conhecer a percepção que o servidor tem em relação à atuação do Órgão. A hipótese aventada relacionou o aumento do nível de escolaridade e o grau de vínculo com a Administração do STJ, aferidos por meio da ocupação de cargos no Tribunal, como variáveis influenciadoras do aumento da percepção dos servidores quanto à sustentabilidade ser um valor para o Tribunal. Procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, seguida de entrevista qualitativa aberta com a responsável pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ e realização de pesquisa quantitativa com os servidores da Casa. Observou-se que a atuação do Órgão acontece em várias frentes ambientais, destacando-se a coleta e reciclagem de resíduos, a gestão dos recursos naturais utilizados, a gestão sustentável do papel e a educação ambiental. Quanto à percepção dos servidores, verificou-se que há um alto reconhecimento da importância da sustentabilidade para o STJ e que o nível de escolaridade pouco influenciou nessa percepção ou no comprometimento deles com as ações empreendidas. No entanto, a ocupação de cargos de assistência, chefia, assessoramento e direção mostrou-se, na maioria das vezes, uma variável importante no reconhecimento desses servidores em relação à atuação do STJ e em seu comprometimento com as diretrizes ambientais do Superior Tribunal de Justiça.

**Palavras-chave:** Poder Público. Administração Pública. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

This case study intends to identify the actions implemented in the Superior Court of Justice to promote sustainability, as well as to know the opinion of its employees about the Institution performance. The hypothesis related the rise of schooling level and the degree of relationship with the Administration of the Superior Court of Justice, measured by the occupation of posts in the Court, as variables that influence on the rise of the employees awareness about sustainability as a value to the Court. A bibliographic and documentary research has been made, followed by an open qualitative interview with the responsible person for the Social and Environmental Responsibility Program of the Court and a quantitative research with the employees. There has been observed that the Court performance occurs in several environmental contexts with emphasis on collecting and waste recycling, management of natural resources used by the Court, the sustainable management of paper and environmental education. Regarding the perception of the employees, there has been noticed a high recognition of the importance of sustainability to the Court and that the schooling level almost had not influenced on that perception or on the employees commitment to the undertaking actions. However, occupation of assistance, leadership, advisement and direction management has shown itself an important variable at the recognition of those employees concerning the Court performance and their commitment to the environmental guidelines of the Superior Court of Justice.

**Key words:** Government. Public Administration. Sustainable Development. Sustainability

## LISTA DE SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública  
BB – Banco do Brasil  
CF – Constituição Federal  
CJ – Cargo Comissionado  
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CORTRAP – Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção  
CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira  
DG – Diretoria-Geral do Superior Tribunal de Justiça  
EIA – Estudos de Impacto Ambiental  
EPA – *United States Environmental Protection Agency*  
FC – Função Comissionada  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPA – Plano Plurianual  
RIA – Relatórios de Impacto Ambiental  
SDO – Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio  
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STJ – Superior Tribunal de Justiça

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Consumo de papel branco e reciclado. Fonte: Intranet do STJ.....	42
Tabela 2. Quadro de Servidores do STJ – Escolaridade x Ocupação de Cargos ...	47
Quadro 1. Premissas para elaboração do questionário .....	48

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nível de Escolaridade dos Participantes da Pesquisa .....	55
Gráfico 2. Nível de Escolaridade dos Participantes da Pesquisa - detalhado .....	55
Gráfico 3. Ocupação de função/cargo dos Participantes da Pesquisa .....	56
Gráfico 4. Nível de Escolaridade x Ocupação de função/cargo comissionado .....	57
Gráfico 5. Ações de responsabilidade socioambiental empreendidas pelo STJ .....	58
Gráfico 6. Adesão à A3P x Nível de Escolaridade .....	60
Gráfico 7. Adesão à A3P x Ocupação de função/cargo .....	61
Gráfico 8. Feira orgânica x Nível de Escolaridade .....	62
Gráfico 9. Feira orgânica x Ocupação de função/cargo .....	62
Gráfico 10. Uso dos coletores coletivos x Nível de Escolaridade .....	63
Gráfico 11. Uso dos coletores coletivos x Ocupação de função/cargo .....	64
Gráfico 12. Uso do papel reciclado x Nível de Escolaridade .....	65
Gráfico 13. Uso do papel reciclado x Ocupação de função/cargo .....	66
Gráfico 14. Percepção dos servidores quanto às ações empreendidas pelo STJ .....	67
Gráfico 15. O STJ preocupa-se com o meio ambiente x Nível de Escolaridade .....	69
Gráfico 16. O STJ preocupa-se com o meio ambiente x Ocupação de função/cargo .....	70
Gráfico 17. O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores x Nível de Escolaridade .....	71
Gráfico 18. O STJ tem se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores x Ocupação de função/cargo .....	72
Gráfico 19. As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes x Nível de Escolaridade .....	72
Gráfico 20. As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes x Ocupação de função/cargo .....	73

Gráfico 21. Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade x Nível de Escolaridade.....	74
Gráfico 22. Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade x Ocupação de função/cargo.....	74
Gráfico 23. Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade x Nível de Escolaridade.....	75
Gráfico 24. Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade x Ocupação de função/cargo.....	76
Gráfico 25. As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário x Nível de Escolaridade. ...	77
Gráfico 26. As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário x Ocupação de função/cargo.....	77



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 O PODER PÚBLICO .....</b>	<b>17</b>
1.1 O Papel Normatizante do Poder Público .....	17
1.2 Legislação Aplicada ao Meio Ambiente .....	21
<b>2 A SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>25</b>
2.1 Origem e Desenvolvimento do Conceito .....	25
2.2 As Dimensões da Sustentabilidade .....	29
2.3 O Desenvolvimento Sustentável no Brasil .....	30
2.4 A Agenda Ambiental na Administração Pública .....	33
<b>3 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>35</b>
3.1 Criação e Competências .....	35
3.2 Missão, Visão e Valores Institucionais do STJ .....	36
3.3 O Planejamento Estratégico do STJ e a Sustentabilidade .....	37
3.4 O Desenvolvimento Sustentável no Superior Tribunal de Justiça .....	38
3.5 A Criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental .....	38
3.6 As Principais Ações em Favor da Sustentabilidade Ambiental Implantadas no Superior Tribunal de Justiça .....	39
3.6.1 Coleta Seletiva e Reciclagem .....	39
3.6.2 Gestão Sustentável da Uso do Papel .....	40
3.6.3 Gestão Sustentável do Água .....	42
3.6.4 Educação Ambiental .....	43
3.6.5 Termo de Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P .....	44
<b>4 METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO DE CASO NO STJ .....</b>	<b>46</b>
4.1 Tipos de Pesquisa .....	46
4.2 Levantamento Censitário .....	46
4.3 Questionário .....	47
4.3.1. Premissas para elaboração do Questionário .....	47
4.3.2. Aplicação do Questionário .....	49
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>50</b>
5.1 Entrevista com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental .....	50
5.2 Visita de Sensibilização à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais, ocorrida no dia 25.10.2010 .....	53
5.3 Análise dos Dados do Questionário .....	54
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA REALIZADA COM OS SERVIDORES DO STJ .....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

A degradação ambiental já não é mais assunto somente de cientistas ou ambientalistas comprometidos em salvar o planeta. A crescente destruição dos recursos naturais atualmente é assunto discutido por cidadãos comuns na fila do banco, durante as refeições em família ou mesmo na mesa do bar.

A causa desse crescente interesse pelo tema relacionado à degradação do meio ambiente deve-se ao aumento no número de catástrofes naturais e ambientais que a atual geração tem tido o desprazer de presenciar. São inúmeros os efeitos: enchentes e secas devastadoras, maremotos e furacões mortíferos, vazamentos de óleo e produtos altamente tóxicos em mares e rios, entre outros.

A frenética corrida das nações pelo desenvolvimento tem provocado mudanças climáticas impressionantes. Há décadas, os ambientalistas alertam o mundo acerca dos efeitos do desenvolvimento desenfreado.

Como afirma Bursztyn (2001, p.22), a degradação do meio ambiente é um exemplo das sequelas da utilização de novos conhecimentos sem uma prévia consideração dos efeitos sobre as condições de vida no longo prazo.

Faz-se necessária uma urgente mudança cultural, em que a conscientização de que a responsabilidade de preservar o meio ambiente é de todos, nações e cidadãos, e de que o desenvolvimento não pode ser obtido a qualquer custo.

Nesse contexto, há pelo menos quatro décadas, a Organização das Nações Unidas – ONU – vem desempenhando um papel crucial na implementação de ações que visem ao comprometimento dos Estados com um desenvolvimento mais equilibrado e responsável, ou seja, um desenvolvimento sustentável.

O conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável é aquele cunhado pelo Relatório de Brundtland, documento denominado “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 e elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em que o desenvolvimento é considerado sustentável quando ele é capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a

capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades. (Agenda Ambiental – BB, p. 7)

Com base nesse conceito, pode-se ter uma clara noção da nossa responsabilidade ambiental como cidadãos. Ainda mais importante, considerando o poder regulador que possuem, é a responsabilidade das nações, que precisam buscar meios de garantir o desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental.

Nesse sentido, o papel do Poder Público é fundamental na implementação de políticas públicas que promovam o uso adequado dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, bem como na institucionalização de normas reguladoras que coíbam e penalizem o uso abusivo e irresponsável do meio ambiente.

A ONU conseguiu grandes avanços com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Eco-92, e segue realizando novas conferências de monitoramento de metas estabelecidas e ampliação de escopo e de nações comprometidas. (FELDMANN, 1997, p.16)

Os compromissos assumidos com a ONU tiveram um grande reflexo no Brasil, em especial pela adoção da Agenda 21, documento que estabeleceu a importância do comprometimento de cada nação em refletir, global e localmente, sobre como os governos, as empresas (governamentais ou não) e a coletividade poderiam colaborar com o estudo de soluções socioambientais. Trata-se, portanto, de um poderoso instrumento de planejamento, tendo como meta um novo paradigma econômico. (MMA)

Olhando para o nosso país, podemos perceber que os efeitos da Agenda 21 começam a ter relevância, à medida que tomamos conhecimento de grandes empresas adotando a causa socioambiental como um dos pilares do seu crescimento.

Da mesma forma, alguns Estados, como São Paulo e Minas Gerais, têm-se destacado pela adoção de critérios socioambientais em todas as esferas de seus governos. (RICCIO, 2008)

Nos moldes da Agenda 21, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, traduz os conceitos da Agenda 21 para a Administração Pública, criando uma rede capilarizada de ações socioambientais em favor de um desenvolvimento sustentável.

Cabe destacar que, embora o conceito de desenvolvimento sustentável englobe as vertentes sociais, econômicas e ambientais, para o presente estudo serão consideradas somente aquelas ações que se relacionam diretamente com a vertente ambiental.

Nesse contexto, este estudo de caso propõe-se a esclarecer a seguinte problemática: O que o Superior Tribunal de Justiça – STJ está fazendo para promover a sustentabilidade e como suas ações são percebidas por seus servidores?

Levanta-se, como hipótese, a possibilidade de os servidores terem uma maior percepção da atuação do Órgão e um maior comprometimento com a sustentabilidade, à medida que se elevam o nível de escolaridade e o grau de vínculo com a Administração do STJ, avaliado por meio da ocupação de funções e cargos comissionados.

Os principais objetivos do trabalho são, em um primeiro momento, identificar as experiências e projetos desenvolvidos no STJ que versem sobre a criação de uma consciência ambiental nos seus servidores, bem como visem à redução do impacto ambiental causado pelo Órgão e, posteriormente, verificar a percepção dos servidores do STJ quanto à questão de a sustentabilidade ser um valor para o Tribunal e avaliar se o nível de escolaridade e o envolvimento com a Administração do Tribunal influenciam nessa percepção. Além disso, pretende-se verificar se as iniciativas ambientais propostas pelo STJ influenciam a vida do servidor fora do ambiente laboral.

Para alcançar esses objetivos procedeu-se, inicialmente, a uma pesquisa teórica sobre os temas abordados, seguida por uma pesquisa na base documental do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, realizou-se entrevista com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ e, por fim, avaliou-se a percepção dos servidores sobre o tema e testou-se a hipótese aventada, por meio da realização de uma pesquisa com os servidores.

Espera-se demonstrar com este estudo de caso a relevância da adoção de critérios ambientais em órgãos públicos e o poder que essas instituições possuem de não apenas educar e conscientizar seus colaboradores, mas também de promover uma redução nos impactos causados no meio ambiente.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, abordam-se a origem e o desenvolvimento do Poder Público até os dias atuais e a sua legitimidade em regular, fiscalizar e promover o uso sustentável do meio ambiente. Ademais, discorre-se sobre a criação da legislação ambiental brasileira.

No segundo capítulo, expõe-se o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, com suas dimensões e sua aplicação no Brasil e, mais especificamente, na Administração Pública.

No terceiro capítulo, apresenta-se o Superior Tribunal de Justiça, órgão objeto do presente estudo de caso, com suas atribuições, composição e funcionamento e como seu planejamento estratégico relaciona-se com o tema da sustentabilidade. São ainda caracterizados os pilares da atuação do STJ em favor da sustentabilidade, bem como as principais ações em curso no Órgão.

No quarto capítulo, descreve-se a metodologia empregada neste estudo, detalhando-se os tipos de pesquisas realizadas, a população e a amostra definida e as premissas para a elaboração do questionário.

No quinto capítulo, procede-se à descrição, apresentação e análise dos dados obtidos.

Por fim, apresentam-se as conclusões obtidas com o presente estudo de caso.

## 1 O PODER PÚBLICO

### 1.1 O Papel Normatizante do Poder Público

É sabido que, desde os primórdios, os homens já viviam em coletividade. Por uma questão de sobrevivência, eles organizavam-se e estabeleciam regras que lhes permitiam viver em um ambiente muito hostil.

Em tempos modernos, a vida em sociedade exige o estabelecimento de normas jurídicas que regulem a liberdade humana em prol da coletividade. As normas de Direito traçam as diretrizes do comportamento humano na vida social, delimitando a atividade humana e preestabelecendo o campo dentro do qual se pode agir. (MIRANDA, 2004, p. 47)

Conforme ressalta Bastos (*apud* MIRANDA, 2004, p. 48) “um Estado não é senão uma modalidade muito recente na forma de a humanidade organizar-se politicamente”.

Nesse contexto, o Estado surge da necessidade histórica de concentrar o “Poder” nas mãos de uma pessoa como forma de enfrentar os problemas.

Miranda esclarece que, mesmo com o surgimento do Poder, na figura, por exemplo, do monarca, a sociedade nunca deixou de existir, tampouco de desempenhar seu papel na condução da vida humana. É por essa razão que, dependendo do momento que vive a humanidade, se atribui maior ou menor poder ao Estado.

Como nos mostra a história, na Europa pós-guerra vimos surgir e desaparecer o conhecido Estado do bem-estar social, cuja filosofia era a de propiciar ao cidadão o maior número de serviços possíveis. Por outro lado, a sociedade recobrou sua importância, o que acabou resultando na desconcentração dos Poderes do Estado, tendência também verificada nos dias atuais. (MIRANDA, 2004, p. 48)

Dessa forma, como destaca Miranda (2004, p. 49), para que o Estado possa cumprir sua finalidade precípua, qual seja, conduzir a sociedade para o

atingimento do bem comum, faz-se necessário que se imponha sobre os interesses individuais.

Como nos ensina Di Pietro (2010, p. 77), o vocábulo “poder” dá a impressão de que se trata de faculdade do Estado, mas, na realidade, “trata-se de poder-dever, já que reconhecido ao poder público para que o exerça em benefício da coletividade, os poderes são, pois, irrenunciáveis”.

Nesse sentido, Mello (*apud* MIRANDA, 2004, p. 50), além de ressaltar a instrumentalidade dos poderes do Estado, que se justificam em razão do desempenho da função administrativa, faz uma ressalva quanto à terminologia utilizada, pois para o estudioso não se trata de “poderes-deveres” e, sim, de “deveres-poderes”. E conclui acrescentando: **“Quem exerce a função administrativa está adscrito a satisfazer interesses públicos, ou seja, interesses de outrem: a coletividade”** (Id., *Ibid.*, 2004, p. 50, grifo do autor).

O autor destaca, ainda, que o uso das prerrogativas da Administração é legítimo “se, quando e na medida do indispensável ao atendimento dos interesses políticos”, ou seja, no atendimento dos interesses do povo, considerando que nos Estados Democráticos o poder emana do povo e em seu proveito terá de ser exercido.

Sobre o tema, Moraes (2004, p. 56) ensina-nos que à manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado damos o nome de Poder Constituinte.

Para Seyès (*apud* MORAES, 2004, p. 56), um dos precursores dessa doutrina, o titular do Poder Constituinte é a nação, pois a titularidade do Poder liga-se à ideia de soberania do Estado, uma vez que, por meio do poder constituinte originário, se estabelecerá sua organização fundamental pela Constituição.

No entanto, Moraes defende que, na visão moderna, a titularidade do Poder Constituinte pertence ao povo, pois o Estado decorre da soberania popular, cujo conceito é mais abrangente do que o de nação.

Assim, conclui o autor que a vontade do constituinte é a vontade do povo, a qual é expressa por meio de seus representantes. E é para assegurar a vontade do povo que surge a Constituição ou Carta Magna de um Estado.

No caso do Brasil, a Constituição Federal, promulgada em 1988, apresenta claramente, em seu preâmbulo, o espírito de que é imbuída, senão vejamos:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.(CF, 1988)

Percebe-se, portanto, que o poder público é instituído, primeiramente, por meio da Constituição Federal, que é regulada, no que couber, pela legislação infraconstitucional.

A organização do Estado é matéria constitucional à qual cabem a divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, a forma de Governo, o modo de investidura dos governantes, os direitos e garantias dos governados.

Definidas as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, passa-se à instituição da legislação infraconstitucional, estabelecendo assim a organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e empresas estatais, criadas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, que são objetos do Direito Administrativo (SANTOS, 2006, p. 17).

Nesse aspecto, Santos (2006, p. 17) ressalta que Governo e Administração são termos que se confundem, embora expressem conceitos distintos em vários aspectos. Observa-se que tanto o Governo quanto a Administração, instituídos e regulados pela Constituição e pelas leis, atuam por meio de suas entidades, de seus órgãos e de seus agentes.

Para a autora, Governo pode ser definido sob três aspectos: em sentido formal, como o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais; no aspecto material, representa o complexo de funções estatais básicas; e, sob o enfoque operacional, é a condução política dos negócios públicos, na qual o Governo age por meio de atos de soberania e de autonomia, como direção suprema dos interesses públicos. (SANTOS, 2006, p. 17)



Administração, por sua vez, complementa a autora, “é todo o aparelhamento do Estado pré-ordenado à realização dos serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Corroborando essa visão, Alexandrino e Paulo (2002, p. 13) afirmam que a noção de Governo está relacionada com a função política de comando, de iniciativa e de estabelecimento de objetivos e diretrizes do Estado. Não se confunde, pois, com o conceito de Administração Pública, que vem a ser o aparelhamento de que o Estado dispõe para a realização das políticas públicas.

Com base no exposto, conclui-se que o Governo detém o poder de conduzir o Estado para o desenvolvimento e alcance de suas metas e objetivos, com base nos ditames e limites constitucionais e sempre na persecução dos interesses coletivos.

A Administração Pública, por sua vez, pautada nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência deve exercer a função administrativa, com o objetivo de atender concretamente às necessidades coletivas.

No que tange à proteção ao meio ambiente, não se furta a Constituição Federal de defendê-lo, o que faz expressamente por meio do artigo 225 do Capítulo IV – Do Meio Ambiente, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Note-se que a Constituição Federal, ao garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribui a responsabilidade não apenas ao Poder Público, mas também à coletividade, tendo ambos o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ademais, dentre as incumbências do Poder Público, para a garantia desse direito, destaca-se a prevista no inciso VI do § 1º do mencionado artigo:

Art. 225

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

VI - **promover a educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a **conscientização pública** para a preservação do meio ambiente; (grifo nosso)

Dessa maneira, o Governo Federal deve atuar de forma sistemática, seja na instituição de normas legais que regulem a matéria em suas várias esferas, seja na instituição de políticas públicas, por meio do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que efetivamente promovam a proteção do meio ambiente e criem uma conscientização coletiva da necessidade urgente de protegê-lo.

## 1.2 Legislação Aplicada ao Meio Ambiente

A legislação ambiental brasileira engloba uma gama de leis, decretos e resoluções que, segundo os especialistas, colocam o Brasil como um dos países que possuem um dos melhores conjuntos de leis ambientais do planeta.

Segundo Oliveira (2005, p.32), a legislação ambiental brasileira, antes dos ciclos de governos inaugurados pela Revolução de 1964, era de certa forma limitada, pois, embora se preocupasse com a proteção da natureza, o fazia de forma setorial, voltada para os interesses econômicos imediatos. Foi somente após esse período que surgiram as primeiras preocupações referentes à utilização dos recursos de forma mais racional.

Para Monteiro (2007), a formação da legislação ambiental tem como marco o ano de 1981, quando se instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da promulgação da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Para o autor, foi o divisor de águas da política ambiental até então adotada, já que a nova legislação baseia-se na ideia de que mesmo o resíduo poluente tolerado pelos padrões estabelecidos poderá causar dano ambiental e, dessa forma, sujeitar o causador do dano ao pagamento de indenização, diferentemente do que acontecia antes, quando eram plenamente toleráveis as emissões poluentes que atendessem a determinados parâmetros preestabelecidos.

A Política Nacional do Meio Ambiente é considerada a mais importante lei ambiental. A Lei 6.938/81 define que o poluidor é obrigado a indenizar pelos danos que causar, independentemente de culpa. Permite que o Ministério Público

proponha ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor obrigação de recuperar e/ou indenizar por prejuízos causados. A Lei criou ainda a obrigatoriedade de realização de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIA), que devem ser feitos antes de implantação de atividade econômica que afete o meio ambiente, detalhando os impactos positivos e negativos. A aprovação do relatório é condição imprescindível para a implantação da atividade econômica.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, dedicou um capítulo à proteção ao meio ambiente (Capítulo VI - Do Meio Ambiente; Título VIII - Da Ordem Social) e, no seu todo, possui 37 artigos relacionados ao Direito Ambiental e outros cinco atinentes ao Direito Urbanístico.

O texto constitucional estabeleceu uma série de obrigações no que diz respeito à preservação e recuperação dos ecossistemas, à preservação do patrimônio genético, à educação ambiental, à definição de áreas a serem protegidas e à exigência de estudos de impacto ambiental para instalação de atividade econômica que possa causar significativa degradação ao meio ambiente.

Para regulamentar parte do art. 225 da Constituição Federal foi promulgada a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A importância dessa Lei deve-se ao fato de que ela foi o primeiro instrumento legal a elencar e definir, com precisão, diferentes espécies de espaços territoriais protegidos e a estabelecer normas distintas para a sua proteção. Além disso, determinou que a criação de novas unidades de conservação somente pode ocorrer após a realização de estudos técnicos e consultas públicas, numa tentativa de extirpar a prática dos “parques de papel” (BASTOS, 20--).

Outra Lei que merece ser mencionada é a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, o qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Pretende, dessa forma, substituir todas as sanções criminais dispostas de forma esparsa em vários textos legais referentes à proteção ambiental.

Um sistema de órgãos federais está destinado a atribuir eficácia à legislação ambiental, que, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, deve

proteger, fiscalizar e implementar ações que visem à adequada utilização dos recursos naturais e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Passa-se agora a elencar outros instrumentos legais que fazem parte da Legislação Ambiental Brasileira e que começam a dar grande enfoque ao desenvolvimento sustentável (MPOG). São eles

a. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

b. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 – Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

c. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

d. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 – Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

e. Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002 – Dispõe sobre medidas emergenciais de redução de consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.

f. Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001 – Regulamenta a Lei nº 10.295/2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

g. Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998 – Dispõe sobre a proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO – pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

h. Decreto nº 563, de 5 de junho de 1992 – Institui o Programa para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação.

i. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

j. Instrução Normativa nº 01/SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

k. Instrução Normativa nº 02/SLTI, de 16 de março de 2010 – Dispõe sobre as especificações-padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

l. Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009 – Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada.

m. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Em que pesem os diversos instrumentos legais apresentados, cabe ressaltar a existência de diversos outros que instituem políticas, regulamentam leis e tornam a legislação ambiental brasileira tão completa.

A despeito de tantos esforços, o Brasil continua sofrendo com a degradação ambiental. A problemática talvez consista no fato de que o Brasil não possui a estrutura apropriada para aplicar essa legislação, ou seja, falta a adequada fiscalização, falta vontade política, falta até mesmo divulgação das normas criadas.

A ausência da atuação e fiscalização do Estado traz consequências trágicas para o meio ambiente e para a qualidade de vida da sociedade, que deve, por sua vez, exigir incansavelmente o cumprimento da legislação existente para o bem das futuras gerações.

## 2 A SUSTENTABILIDADE

### 2.1 Origem e Desenvolvimento do Conceito

Devido aos problemas ambientais que o mundo já enfrentava no fim da década de 60, um grupo de cientistas conhecido como “Clube de Roma” que se dedicava a estudar as vicissitudes planetárias, com o propósito de evitar o colapso do planeta, caso nada fosse feito, o qual estava previsto para o ano de 2000, publicou, como resultado desses estudos, o documento conhecido como “Limites do Crescimento”. (Agenda Ambiental – BB, p. 1)

O documento do Clube de Roma foi um marco nas discussões mundiais sobre a problemática do meio ambiente e seu caráter global. As propostas foram consideradas inaceitáveis, inclusive pelo Brasil, pois pregavam o “crescimento zero”.

A proposta consistia em uma moratória do crescimento econômico, ou seja, cada país deveria parar onde estivesse, inclusive os mais pobres. Embora não tenha havido adesão de nenhum país, o documento serviu para iniciar os debates acerca da necessidade de discutirem-se o crescimento econômico e a preservação ambiental. (Agenda Ambiental – BB, p. 2)

Paralelamente e motivada pelos crescentes problemas ambientais, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU – convocou, em 1968, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, que acabou se realizando em 1972, em Estocolmo. (FELDMANN, 1997, p.14)

Reconhecida como o principal fórum de debates entre as Nações, a ONU promoveu a Conferência, que ficou marcada pelo confronto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Enquanto os países desenvolvidos estavam preocupados com os efeitos da devastação ambiental da Terra e propunham um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais do Planeta, pregando que medidas preventivas deveriam ser urgentemente implantadas para evitar grandes desastres ecológicos, os países em desenvolvimento argumentavam que, assolados pela

miséria, precisavam crescer e desenvolver-se rapidamente, além de questionarem a legitimidade com que os países ricos faziam tais recomendações, tendo em vista que eles já haviam crescido fazendo uso predatório dos recursos naturais. (FELDMANN, 1997, p.14)

Ressalta Feldmann (1997, p.15) que o principal resultado da Conferência foi a produção da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, contendo princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam conduzir as decisões relativas às questões ambientais.

Foi também produzido um Plano de Ação, que convocava, além de todos os países, os organismos das Nações Unidas e ainda todas as organizações internacionais a cooperarem na busca por soluções dos problemas ambientais. Surge, assim, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

O PNUMA é o órgão da ONU dedicado exclusivamente ao meio ambiente. Trabalha em busca do equilíbrio entre os interesses nacionais e o bem global, com o objetivo de unir as nações para enfrentarem os problemas ambientais comuns. (CARVALHO, 2008).

A Conferência de Estocolmo, conforme ressalta Carvalho (2008), por meio da criação do PNUMA e da Adoção da Declaração do Meio Ambiente Humano, buscou o amadurecimento do direito internacional ambiental, tornando oficial e atual o problema ambiental. Iniciou-se, então, um processo de tratados bilaterais e multilaterais sobre o meio ambiente que continua até os dias atuais.

Em 1982, ocorreu em Nairóbi, sob a direção do PNUMA, um encontro para avaliação dos dez anos pós-Estocolmo. Desse encontro, emergiu um chamado para a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983 (Grupo de Trabalho Rio + 10 Brasil).

Em 1987, os resultados dessa Comissão foram divulgados no “Relatório Nosso Futuro Comum” – também conhecido como “Relatório Brundtland”, em referência à Presidente da Comissão, a então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Uma das principais recomendações do documento foi a realização de uma conferência mundial que direcionasse os assuntos ali levantados. Foi também

nessa Conferência que se ouviu, pela primeira vez, a definição de desenvolvimento sustentável, que se tornou a mais aceita e citada entre os especialistas:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (CMMAD, 1988, p. 46)

Em 1989, a Assembléia Geral da ONU convocou nova Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que se realizou na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra.

Como produto dessa Conferência, Feldmann (1997, p. 17) destaca que foram assinados cinco documentos. São eles:

a. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Trata-se de uma carta contendo 27 princípios, que visam estabelecer um novo estilo de vida do homem na Terra, por meio da proteção dos recursos naturais e da busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos.

b. Agenda 21.

A Agenda 21 é um abrangente plano de ação a ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade humana afeta o meio ambiente. A execução deste programa deverá levar em conta as diferentes situações e condições dos países e regiões e a plena observância de todos os princípios contidos na Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Trata-se de uma pauta de ações a longo prazo, estabelecendo os temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para diferentes temas da Conferência.

c. Princípios para a Administração Sustentável das Florestas.

Apesar de controvertido, este foi o primeiro tratado a cuidar da questão florestal de maneira universal. A declaração visa à implantação da proteção



ambiental de forma integral e integrada. Todas as funções das florestas estão descritas no texto e são sugeridas medidas para a manutenção de tais funções.

d. Convenção da Biodiversidade.

Os objetivos da convenção estão expressos em seu artigo 1º:

Os objetivos dessa Convenção, a serem observados de acordo com as disposições aqui expressas, são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão eqüitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos, através do acesso apropriado a referidos recursos, e através da transferência apropriada das tecnologias relevantes, levando-se em consideração todos os direitos sobre tais recursos e sobre as tecnologias, e através de financiamento adequado.

e. Convenção sobre Mudança do Clima.

Entre seus fundamentos encontra-se a preocupação de que as atividades humanas têm causado uma concentração na atmosfera de gases de efeito estufa, que resultará num aquecimento da superfície da Terra e da atmosfera, o que poderá afetar adversamente ecossistemas naturais e a humanidade.

Seus objetivos são:

- a. estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que possa evitar uma interferência perigosa com o sistema climático;
- b. assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada;
- c. possibilitar que o desenvolvimento econômico se dê de forma sustentável.

Em 1997, acontece a Conferência Rio + 5, na sede da ONU, em Nova Iorque. No evento são realizados os primeiros ajustes e revisões da Agenda 21.

Em 2000, a agenda complementar, denominada Metas do Desenvolvimento do Milênio, é implementada durante a 55ª Assembléia da ONU. Adotado por 199 países, o documento teve como foco principal as políticas de globalização, a erradicação da pobreza e da fome, a igualdade entre os sexos e o fomento de novas bases para o desenvolvimento sustentável dos povos. (CORRÊA, 2008)

Em 2002, é realizada a cúpula de Joanesburgo, na África do Sul. O evento teve o objetivo de promover e fortalecer os compromissos assumidos em

1992, bem como avaliar os progressos alcançados com a implementação do programa.

Os resultados da Conferência foram dois documentos a serem acordados por todos os países pertencentes às Nações Unidas: o Plano de Implementação e a Declaração Política.

Entre as recomendações contidas no Plano de Implementação, destaca-se, para este estudo, a seguinte:

18. Incentivar as autoridades competentes de todos os níveis para que levem em consideração as questões do desenvolvimento sustentável na tomada de decisões, inclusive no planejamento do desenvolvimento nacional e local, os investimentos em infra-estrutura, desenvolvimento empresarial e aquisições públicas.

É possível perceber, assim, que a questão do desenvolvimento sustentável é uma preocupação mundial e que os governos estão envolvidos e comprometidos com uma mudança significativa, embora ainda existam resistências.

O grande desafio é transferir a discussão do patamar externo para o interno. Cada nação tem a obrigação, em razão dos compromissos assumidos nas Conferências mencionadas, de fazer sua parte para a diminuição dos padrões insustentáveis de desenvolvimento.

É nesse contexto que a atuação do governo merece destaque. O desenvolvimento do conceito de sustentabilidade e a sua efetiva aplicação no Brasil somente ocorrerão com a criação e, principalmente, com a implementação de políticas públicas que promovam uma mudança de cultura em todos os níveis da sociedade, em favor do crescimento sustentável.

## **2.2 As Dimensões da Sustentabilidade**

Embora o presente estudo tenha foco apenas na sustentabilidade ambiental, é importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável está amparado em três pilares: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social.

A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e dos componentes do ecossistema, de modo sustentável, podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies e a qualidade de vida para as pessoas, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis (EPA).

A sustentabilidade social está baseada num processo de melhoria na qualidade de vida da sociedade, pela redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria, por meio de diversos mecanismos, como nivelamento do padrão de renda, acesso à educação, moradia, alimentação, entre outros. (SCHMIDT, 20--)

A sustentabilidade econômica refere-se à capacidade de produção, distribuição e utilização equitativa das riquezas produzidas pelo homem. e relaciona-se com os demais conceitos que definem desenvolvimento sustentável como sustentabilidade ambiental, social e política (EPA).

Portanto, as três dimensões da sustentabilidade estão inter-relacionadas e o desenvolvimento de forma sustentável deve buscar o perfeito equilíbrio entre elas.

### **2.3 O Desenvolvimento Sustentável no Brasil**

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade do planeta e em pleno desenvolvimento econômico. Diariamente vemos nos noticiários os números do crescimento econômico em franca ascendência.

Da mesma forma, não raro, tomamos conhecimento da degradação ambiental que continua ocorrendo no Brasil, como o desmatamento da Amazônia e a poluição dos rios.

Sabe-se, entretanto, que o Brasil está comprometido internacionalmente com o desenvolvimento sustentável. O que então tem sido feito em favor do nosso meio ambiente?

Um dos maiores compromissos do Brasil, em termos ambientais, refere-se à Agenda 21, que pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA).

Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS. A Agenda 21 constitui-se num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e sociedade civil em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

Por essa razão, a Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira; construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global e entregue à sociedade em 2002.

A partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira passou à fase de implantação, coordenada pela CPDS, e foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual – PPA, primeiramente de 2004-2007, e atualmente integra o PPA de 2008-2011. Nessa condição, a Agenda 21 Brasileira adquiriu força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção de um Brasil sustentável. (MMA)

A grande prioridade do governo é orientar a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais, com base nos princípios da Agenda 21 Brasileira e em consonância com a Agenda 21 Global.

A elaboração da Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21, composto pelo Governo e pela sociedade civil. O Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estruture as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos.

São ainda definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações. (MMA)

Com a implementação da Agenda 21 Local, o governo tem, de forma descentralizada, a institucionalização do maior programa de sustentabilidade já implementado no país e consegue criar uma rede que possibilita capilarizar os conceitos da Agenda 21 Global.

Os principais desafios do Programa da Agenda 21, conforme apresenta o Ministério do Meio Ambiente, são:

a. Implementar a Agenda 21 Brasileira: é importante fazer com que suas diretrizes e ações prioritárias sejam conhecidas, compreendidas e transmitidas, entre outros, por meio da atuação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CPDS). Além disso, é importante promover a integração das políticas públicas e a inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos das Agendas 21 Locais.

b. Orientar para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais: o processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desempenho.

c. Implementar a formação continuada em Agenda 21: promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, workshops e de material didático.

As principais atividades da Agenda 21 Brasileira, realizadas em 2003 e 2004, refletem a abrangência que o Programa está conquistando no Brasil. Essas atividades estão sendo desenvolvidas de forma descentralizada, buscando o fortalecimento da sociedade e do poder local e reforçando que a Agenda 21 só se realiza quando há participação das pessoas, avançando, dessa forma, na construção de uma democracia participativa no Brasil. (MMA)

Conforme ressalta o Ministério do Meio Ambiente, ao longo dos anos de atividades da Agenda 21 Local em todo o Brasil, foram obtidos diversos resultados, com alcance e atuações distantes em cada município ou região, e seus resultados variam muito de processo para processo. No entanto, os principais resultados referem-se a impactos da Agenda 21 nas escolas, na organização social dos municípios, em atividades econômicas sustentáveis, no fortalecimento de projetos governamentais e não governamentais, na influência em políticas públicas, na criação e fortalecimento de órgãos de gestão ambiental, entre outros.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados no Informativo da Pesquisa de Avaliação da Agenda 21 (2009), em 2002, 1.652 municípios brasileiros haviam iniciado o processo de Agenda 21, o que correspondia a 29,7% dos municípios brasileiros. É um número surpreendente, considerando que esse foi o ano em que o processo da Agenda 21 se iniciou. Atualmente, nova pesquisa encontra-se em curso pelo Ministério do Meio Ambiente para que se possa conhecer o atual número de municípios comprometidos com a sustentabilidade.

## **2.4 A Agenda Ambiental na Administração Pública**

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999, fundamenta-se no Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e ainda na Declaração de Joanesburgo, que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

Um dos seus principais objetivos é estimular os gestores públicos a incorporarem princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando “à economia de recursos naturais e à redução de gastos

institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos”. (Cartilha A3P, 2007, p. 6)

A Agenda Ambiental da Administração Pública é uma ação voluntária, idealizada a partir da premissa de que o Governo Federal possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental.

O programa estabelece critérios socioambientais nos órgãos governamentais, desde os pequenos cuidados dentro das rotinas de trabalho, como o uso racional dos bens duráveis e do material de consumo, a economia responsável de insumos como água e energia, passando pela gestão adequada dos resíduos gerados e também com relação aos investimentos, compras e contratações públicas, ações que visam estabelecer, além da diminuição dos referidos impactos ambientais, uma melhoria na qualidade de vida no próprio ambiente de trabalho.

Segundo dados da Cartilha A3P (2007, p. 10), nos últimos anos houve um aumento significativo no número de órgãos públicos que aderiram formalmente à A3P, por meio do “Termo de Adesão à A3P” ou por meio da “Rede A3P”, em que o Ministério do Meio Ambiente se compromete a apoiar tecnicamente qualquer órgão público que inserir critérios ambientais em suas atividades, ao passo que cabe ao órgão, entre outros procedimentos, a instituição de uma comissão responsável pelo processo de implementação da Agenda Ambiental.

Atualmente, pelo menos 400 órgãos públicos já implementam ações de gestão ambiental, segundo os princípios da A3P. Esse é um grande indicativo de que o Poder Público está gradualmente se adequando à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente. (Cartilha A3P, 2007, p. 10)

Os principais eixos temáticos do programa envolvem as licitações sustentáveis, o uso racional de recursos e o combate a todas as formas de desperdício, a gestão ambiental de resíduos e a capacitação continuada de gestores públicos. (Cartilha A3P, 2007, p. 10)

### 3 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### 3.1 Criação e Competências

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça – STJ – é o Tribunal responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais não relacionadas diretamente à Constituição. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, que estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, inclusive nos julgamentos de recursos especiais. (Intranet do STJ)

O STJ julga crimes comuns praticados por governadores dos Estados e do Distrito Federal, crimes comuns e de responsabilidade de desembargadores dos Tribunais de Justiça e de conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais, dos membros dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho. (CF, 1988)

Julga também os *habeas-corpus* que envolvam essas autoridades ou Ministros de Estado, exceto em casos relativos à Justiça Eleitoral. Pode apreciar ainda recursos contra *habeas-corpus* concedidos ou negados por Tribunais Regionais Federais ou dos Estados, bem como causas decididas nessas instâncias, sempre que envolverem lei federal. Em 2005, como parte da reforma do Judiciário, o STJ assumiu também a competência para analisar a concessão de cartas rogatórias e processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras. Até então, a apreciação desses pedidos era feita no Supremo Tribunal Federal – STF. (Intranet do STJ)

Para que possa cumprir melhor sua missão institucional, o Superior Tribunal de Justiça foi organizado pelo critério da especialização. Três seções de



julgamento, cada uma delas composta por duas turmas, analisam e julgam matérias de acordo com a natureza da causa submetida à apreciação. Acima delas está a Corte Especial, órgão máximo do Tribunal. (Composição do STJ - Intranet do STJ)

As funções administrativas do STJ são exercidas pelo Plenário, integrado pela totalidade dos Ministros da Casa, composta por, no mínimo, 33 Ministros, conforme prevê o art. 104 da Constituição Federal.

### **3.2 Missão, Visão e Valores Institucionais do STJ**

O Superior Tribunal de Justiça adota a gestão estratégica baseada na modernização do sistema judicial. Tal perspectiva possibilita ao Órgão estabelecer uma visão estratégica de longo prazo e alinhar as diretrizes organizacionais à consecução de ações concretas. (Gestão Estratégica – Intranet do STJ)

Definir a missão, a visão e os valores da organização são ações imprescindíveis para se definirem os caminhos que a Instituição deve seguir.

Nesse sentido, o Plano Estratégico do STJ (2010, p.10), aprovado em 24 de fevereiro de 2010, apresenta o modelo de gestão a ser seguido pelo Tribunal pelos próximos cinco anos e determina a missão, a visão e os valores da Casa da seguinte maneira:

**a) Missão:**

Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida e efetiva.

**b) Visão:**

Consolidar-se como o Tribunal da Cidadania, oferecendo justiça de qualidade, rápida e efetiva.

**c) Valores Institucionais:**

- Autodesenvolvimento: assumir a responsabilidade de desenvolver-se continuamente, de forma a contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho organizacional.
- Comprometimento: atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.
- Cooperação: Trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.
- Ética: agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações.

- Inovação: propor e implementar soluções novas e criativas para atividades, processos e/ou rotinas de trabalho.
- Orgulho Institucional: sentir-se satisfeito em fazer parte da instituição.
- Presteza: entregar resultados com rapidez e qualidade.
- Responsabilidade Socioambiental: adotar os critérios sociais e ambientais nas ações do dia a dia.
- Transparência: praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições.

### 3.3 O Planejamento Estratégico do STJ e a Sustentabilidade

Dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico do STJ (2010, p.12), dois referem-se ao tema “Responsabilidade Socioambiental”, quais sejam:

- Promover a cidadania - promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.
- Ampliar a responsabilidade ambiental – atuar para a garantia da gestão ambiental, por meio de ações educativas e de práticas ecoeficientes.

No que diz respeito à responsabilidade ambiental, objeto deste estudo, a meta do STJ refere-se à redução em 25% do impacto causado pelo Tribunal até 2014. (Plano Estratégico do STJ, 2010, p.16)

A inclusão do tema “Responsabilidade Socioambiental” no Planejamento Estratégico do STJ reflete uma resposta do Poder Judiciário à crescente demanda da sociedade pela adoção de critérios de sustentabilidade na Administração Pública.

Nesse aspecto, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão do Poder Judiciário, criado em 2004 e encarregado de controlar as atividades administrativas e financeiras dos Tribunais, bem como o planejamento e a gestão estratégica daquele Poder, expediu a Recomendação nº 11, de 22 de maio de 2007, em que recomenda que sejam adotadas políticas públicas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos servidores e jurisdicionados quanto à necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente. Recomenda, ainda, que sejam instituídas comissões ambientais nos Tribunais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais.

Da mesma forma, entre as metas prioritárias divulgadas pelo CNJ para 2010 está a “Meta 6”, que pretende reduzir em pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível, tendo como referência o ano de 2009.

### 3.4 O Desenvolvimento Sustentável no Superior Tribunal de Justiça

A preocupação com a sustentabilidade no STJ surgiu quando o Órgão percebeu que, em virtude das novas diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça, deveria adotar uma posição ativa frente às questões ambientais.

Diante desse novo contexto que se apresentava, o STJ decidiu nomear uma Comissão que tivesse como principais objetivos promover a sensibilização dos servidores para a responsabilidade socioambiental e implementar ações que traduzissem, na prática, esse conceito para o Órgão.

### 3.5 A Criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental

Para atender às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça anteriormente citadas, instituiu-se, por meio da Portaria nº 426/DG, de 13.11.2008, o Programa de Responsabilidade Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça. O § 2º da mencionada Portaria apresenta os objetivos para os quais o Programa foi criado:

[...]

§ 2º O Programa tem por objetivo sensibilizar os servidores, prestadores de serviços e visitantes quanto à Responsabilidade Socioambiental, implementando ações que promovam o exercício dos direitos sociais, a gestão adequada dos resíduos gerados, o incentivo ao combate de todas as formas de desperdício dos recursos naturais e à inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços. (Intranet do STJ - grifo nosso)

O Programa possui duas vertentes: STJ Ambiental e STJ Solidário. O primeiro, objeto deste estudo, tem seu foco voltado para as ações de preservação do meio ambiente e para a gestão adequada de resíduos gerados pelo Tribunal, bem como o incentivo e o combate a toda forma de desperdício dos recursos

naturais. A segunda vertente busca fomentar ações para o exercício dos direitos sociais. (Intranet do STJ)

O Programa STJ Ambiental pauta-se em quatro pilares de atuação, os quais norteiam as principais campanhas internas:

- Coleta Seletiva e Reciclagem;
- Redução do consumo de energia, telefone, combustível;
- Gestão sustentável da água e do papel; e
- Educação Ambiental.

### **3.6 As Principais Ações em Favor da Sustentabilidade Ambiental Implantadas no Superior Tribunal de Justiça**

#### **3.6.1 *Coleta Seletiva e Reciclagem***

A coleta seletiva no STJ é promovida por meio de coletores coletivos instalados no térreo e nos corredores dos edifícios do Tribunal, que permitem a coleta de papel, metal, vidro e plástico, além de pilhas e baterias de celulares.

Para reforçar a coleta de papel no ambiente de trabalho, o Programa de Responsabilidade Socioambiental promoveu a distribuição, a cada servidor, da papeleira individual, onde o servidor pode descartar o papel não mais utilizado e com destino para reciclagem.

A estimativa do Programa de Responsabilidade Socioambiental é que se recolham por dia, aproximadamente, 1,5 kg de metal, 1 kg de vidro e 1,5 kg de plástico.

Quanto ao recolhimento de pilhas e baterias de telefones celulares, a coleta é feita pela Coordenadoria de Serviços Gerais e os materiais são enviados ao coletor disponível no Centro Comercial Pátio Brasil para posterior descarte. Estima-se que neste ano tenham sido recolhidos aproximadamente 200 kg desse material.

Para dar destino ao material recolhido, o STJ firmou, em 9 de julho de 2009, o Termo de Parceria e Compromisso STJ n. 001/2009, com a Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – CORTRAP, o que viabilizou o descarte dos materiais coletados.

Segundo dados do Programa de Responsabilidade Socioambiental, em 2009 a CORTRAP recolheu no STJ 45.986 kg de papel para reciclagem, o que equivale a uma média de 3.832,17 kg por mês (Intranet do STJ).

Em 2010, por sua vez, até o mês de outubro, foram recolhidos o equivalente a 45.510 kg de papel no STJ, perfazendo uma média mensal de 4.551 kg de papel (Intranet do STJ).

Sabe-se que é importante o aumento da coleta de papel para reciclagem, isso mostra que os resíduos produzidos pelo STJ estão tendo uma destinação adequada. No entanto, busca-se a diminuição do consumo de papel, o que infelizmente não vem acontecendo no Tribunal da forma esperada, em que pese a implantação dos processos judicial e administrativo eletrônico.

Outro material reciclado no STJ diz respeito aos resíduos vegetais, resultantes da manutenção dos gramados e produzidos em grandes quantidades no período chuvoso. Esses resíduos são reciclados e transformados em adubo orgânico.

O processo denominado compostagem, consiste no tratamento dos resíduos sólidos orgânicos, via decomposição por micro-organismos na presença de oxigênio, até a sua transformação em composto fertilizante, ou húmus, que pode ser manuseado com segurança e aplicado no meio ambiente. (Intranet do STJ)

O destino normal desses resíduos seriam os aterros sanitários que, embora seguros, acarretariam custos com seu transporte. Dessa forma, o resultado dessa iniciativa implica em economia para os cofres públicos.

### *3.6.2 Gestão Sustentável do Uso do Papel*

Para a gestão sustentável do papel uma das primeiras medidas adotadas pelo STJ foi a normatização do uso do papel reciclado em substituição ao papel branco.

Dessa forma, em 19 de dezembro de 2008, foi expedida a Portaria nº 585/DG, em que ficou estabelecido que o uso do papel reciclado se daria gradualmente em substituição ao uso do papel branco, sendo obrigatório o seu uso em materiais como envelopes, cartões, formulários, blocos, papéis timbrados e processos, entre outros. (Intranet do STJ)

O uso do papel reciclado, entretanto, estaria condicionado à oferta pelo mercado de material de boa qualidade e às especificações definidas pelo Tribunal. Ademais, sua aquisição realizar-se-ia por meio de licitação, quando as condições de preço, prazo e qualidade se equiparassem.

Em 11 de dezembro de 2009, a citada Portaria foi revogada pela Portaria nº 866/DG, em que foi excluída a condição de uso obrigatório nos materiais de expediente, passando seu uso a ser preferencial nesses casos.

Outra medida adotada foi a substituição de parte do parque de impressoras do Tribunal por equipamentos que permitem a impressão em frente e verso.

Por fim, a implantação dos Sistemas de Processos Judiciais e Administrativos Eletrônicos tem como objetivo principal a total virtualização dos processos no STJ, visando a uma maior celeridade na tramitação e à extinção do uso do papel em processos.

Da análise da tabela abaixo, percebe-se que, desde a adoção do papel reciclado em dezembro de 2008 até agosto de 2010, houve um acréscimo da ordem de 74,49% no consumo desse tipo de papel.

O papel branco, por sua vez, no mesmo período, teve redução mensal de 22,8% no seu uso.

No que diz respeito ao consumo total de papel, a redução mensal foi de 13,74%, considerando o período analisado, o que representa uma diminuição de aproximadamente 421 resmas de papel por mês.

Tabela 1. Consumo de papel branco e reciclado.

<b>CONSUMO DE PAPEL BRANCO E RECICLADO</b>				
<b>DEZ/2008 a AGO/2010</b>				
	Consumo Total 2008 (resmas)	Consumo Total 2009 (resmas)	Consumo até AGO/2010 (resmas)	Variação
<b>Papel branco</b>	34.070	20.636	9.539	
<b>Média mensal</b>	2.839,17	1.719,70	1.192,37	22,8%
<b>Papel reciclado</b>	5.037	16.197	13.166	
<b>Média mensal</b>	419,75	1.349,75	1.645,75	74,49%
<b>Total de papel (branco e reciclado)</b>	39.107	36.833	22.705	
<b>Média mensal</b>	3.258,90	3.069,40	2.838,10	12,91%

Fonte: Intranet do STJ

### 3.6.3 Gestão Sustentável da Água

Para dar início à Gestão Sustentável da Água no STJ, foi contratada uma consultoria com o objetivo de conhecer a demanda de água existente no STJ e, posteriormente, propor a implementação de um projeto para a conservação e uso racional da água no Tribunal.

O relatório foi apresentado em março de 2010 à Administração e aos servidores do Tribunal.

O estudo consistiu, como já mencionado, na definição da demanda de água do STJ. Após essa fase, a demanda conhecida foi subdividida em grupos, considerando a possibilidade de substituição das águas utilizadas por águas “menos nobres”, ou seja, águas alternativas. Os grupos foram definidos em: 1) irrigação; 2) bacias sanitárias e mictórios; 3) lavagem de pisos, garagens e fachadas; 4) complementação do sistema de ar condicionado; 5) salão de beleza; 6) restaurante e 7) lavagem de veículos da frota.

Partiu-se, então, para a definição das possíveis fontes de águas alternativas, as quais foram assim identificadas: 1) poço artesiano; 2) águas pluviais;

3) águas de drenagem do solo e 4) águas cinzas providas de pias ou lavatórios de banheiro, após passarem por um sistema de tratamento.

As diversas possibilidades entre os tipos de usos e as fontes de suprimento de águas alternativas levaram ao desenvolvimento de cenários. Após a análise individual de cada um deles, seguida da análise comparativa entre eles, foi possível definir a melhor situação para o STJ.

O primeiro cenário apresentado considerou a troca dos equipamentos sanitários do Órgão, como bacias sanitárias, lavatórios, mictórios, pias, tanques, torneiras de jardim e outras torneiras em garagens, pátios e similares, por outros mais econômicos.

A premissa do projeto consistiu na racionalização e gerenciamento do uso de água tratada. Assim, além de analisar a viabilidade técnica e econômica da substituição das bacias sanitárias e torneiras hoje instaladas no Superior Tribunal de Justiça por equipamentos de menor consumo, a consultoria propôs captar água de chuva, de drenagem e efluente cinza, realizar o tratamento adequado para cada um destes recursos, e implementar para fins não potáveis um sistema de reuso. Ressaltando que águas de copa, cozinha, mictórios e bacias sanitárias serão destinadas diretamente à rede de esgoto convencional (Relatório Parcial, 2009, p.39).

#### *3.6.4 Educação Ambiental*

O trabalho de educação ambiental do STJ é contínuo e sistemático. Conforme relatado na página do Programa de Responsabilidade Socioambiental, na Intranet do STJ, consiste na promoção de eventos e palestras que levem o tema da responsabilidade ambiental para mais perto dos servidores, além de promover campanhas de conscientização do uso adequado dos recursos naturais disponíveis em nosso planeta.

São realizadas visitas de sensibilização às diversas unidades do STJ, cujo objetivo é explicar as iniciativas propostas pelo Tribunal e mostrar os resultados obtidos com a adesão dos servidores.



A feira orgânica é outra iniciativa do STJ que consiste em disponibilizar aos servidores produtos orgânicos de qualidade e procedência garantida. O evento ocorre semanalmente, às quartas-feiras, na Praça do Servidor. Os servidores são orientados a levarem suas sacolas ecológicas para evitarem o uso da sacola plástica. Muitas campanhas do Programa de Responsabilidade Socioambiental ocorrem durante a Feira Orgânica.

Uma das grandes campanhas iniciadas no STJ refere-se à redução do uso das garrafas plásticas de água. Para que isso ocorra, o STJ distribuiu a cada servidor um copo plástico retornável, que deve ser abastecido nos bebedouros disponíveis nas unidades do Tribunal.

Outra campanha empreendida no Tribunal é o uso da fonte *Spranq Eco Sans* no editor de texto *Word*. Essa fonte permite a economia de até 25% dos cartuchos de impressão, considerando que sua estrutura é permeada de espaços que não recebem tinta, o que somente é percebido quando a fonte é aumentada.

Por fim, os servidores do STJ possuem outro veículo de educação ambiental que é a página do Programa de Responsabilidade Socioambiental na rede interna do STJ (Intranet), onde estão disponíveis diversos textos, vídeos e fotos sobre temas ambientais. São apresentados ainda, alguns resultados alcançados com as iniciativas implementadas no Órgão.

### 3.6.5 Termo de Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P

Durante a semana do Meio Ambiente, ocorrida entre 30 de maio de 2010 e 04 de junho de 2010, foi firmado entre o Superior Tribunal de Justiça e o Ministério do Meio Ambiente o Termo de Adesão nº 201 – MMA/A3P, cujo objetivo consiste em unificar esforços para o desenvolvimento de projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, visando à inserção da variável socioambiental no cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho no STJ.

Para a implementação das ações, ficou estabelecido que será adotada a metodologia constante do Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública –

Cartilha A3P e, para tanto, foi acordado um Plano de Trabalho para implementar a A3P no STJ, que possui um cronograma de execução de diversas ações a serem implementadas que envolvem desde a capacitação da Comissão Gestora da A3P à criação de um guia para compras sustentáveis no Tribunal (Intranet do STJ).

## **4 METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO DE CASO NO STJ**

### **4.1 Tipos de Pesquisa**

O presente estudo de caso envolveu a realização de uma pesquisa documental, uma pesquisa qualitativa explorativa e uma pesquisa quantitativa, relativa a um levantamento realizado por meio da aplicação de questionário.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental no STJ, em que foi possível conhecer documentos de institucionalização de programas, metas e objetivos dos órgãos, os quais envolveram relatórios, portarias, instruções normativas, processos, bem como o Regimento Interno do STJ, entre outros.

Alguns desses documentos foram disponibilizados fisicamente. Outros, entretanto, estavam disponíveis na Intranet, a rede interna do STJ.

Posteriormente, passou-se a uma fase mais específica, quando então foi realizada uma entrevista com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental. A citada entrevista teve como objetivo conhecer a origem do trabalho ambiental no STJ, bem como as nuances que envolvem essas ações e os seus resultados.

Como fruto da entrevista realizada, foi feito o acompanhamento de uma visita de sensibilização a uma unidade do STJ, a qual será posteriormente relatada.

Por fim, para conhecer a percepção do servidor do STJ acerca da questão ambiental, bem como identificar os efeitos que porventura as ações implementadas no Órgão possam ter provocado tanto em seu ambiente de trabalho, como em sua vida pessoal, foi realizada uma pesquisa junto aos servidores do STJ, por meio da aplicação de um questionário estruturado fechado.

### **4.2 Levantamento Censitário**

Para a aplicação do questionário definiu-se a população a ser pesquisada, considerando o número de servidores ativos do STJ, distribuídos de

acordo com seu nível de escolaridade e ocupação de função/cargo em comissão, conforme quadro abaixo:

TABELA 2. Quadro De Servidores Do STJ – Escolaridade X Ocupação De Cargos

<b>NÚMERO DE SERVIDORES DO STJ :</b>			
<b>ESCOLARIDADE X OCUPAÇÃO DE FUNÇÃO/CARGO COMISSIONADO</b>			
	<b>Ensino Fundamental Completo</b>	<b>Ensino Médio Completo</b>	<b>Ensino Superior Completo</b>
<b>Ocupantes de CJ</b>	0	3	390
<b>Ocupantes de FC</b>	11	151	851
<b>Não ocupantes de Função</b>	64	314	945
<b>Total de servidores</b>	2.729		

Fonte: Seção de Registros Funcionais – STJ

Legenda: CJ – cargo comissionado; FC – função comissionada

Participaram da pesquisa todos os servidores cadastrados no catálogo de endereços do STJ, totalizando 2.027 servidores, constituindo-se, pois, em um Levantamento Censitário.

### 4.3 Questionário

#### 4.3.1 Premissas para elaboração do questionário

O quadro abaixo representa as premissas definidas para elaboração do questionário. A definição dessas premissas foi feita com base nos objetivos geral e específicos determinados para este estudo de caso.

<b>Premissas para elaboração do questionário de pesquisa</b>	
<b>Tema</b>	<b>Abordagem do tema no questionário</b>
<b>Coleta e reciclagem de materiais</b>	<p><b>Questão 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compostagem – reciclagem vegetal no STJ</li> <li>• Utilização da papelreira individual para coleta de papéis</li> <li>• Utilização de coletores coletivos para descarte de papel, metal, vidro e plástico</li> <li>• Recolhimento de pilhas e baterias de celulares</li> </ul>
<b>Educação Ambiental</b>	<p><b>Questão 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecoparceiros</li> <li>• Feira Orgânica</li> <li>• Eventos de Educação Ambiental (palestras, campanhas de conscientização, datas comemorativas: Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente, etc.)</li> <li>• Utilização da fonte Spranq Eco Sans no editor de texto Word</li> <li>• Utilização do copo plástico retornável</li> </ul> <p><b>Questão 4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário</li> </ul>
<b>Gestão Sustentável do Papel</b>	<p><b>Questão 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de impressão frente e verso</li> <li>• Utilização do papel reciclado.</li> </ul>
<b>Gestão Sustentável da Água</b>	<p><b>Questão 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Conservação de Água no STJ.</li> </ul>
<b>Adesão à A3P</b>	<p><b>Questão 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P.</li> </ul>
<b>Consciência ambiental dos servidores</b>	<p><b>Questão 4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes</li> <li>• O STJ tem se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores.</li> </ul>
<b>Influência das ações na vida do servidor</b>	<p><b>Questão 4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário</li> </ul>

Quadro 1 – Premissas para elaboração do questionário de pesquisa.

#### 4.3.2 Aplicação do Questionário

O questionário foi elaborado no *site* [www.questionpro.com](http://www.questionpro.com), o qual se destina à realização de pesquisas *online*. A ferramenta escolhida deveu-se ao fato de que o meio eletrônico é hoje altamente utilizado nas corporações para envio e recebimento de comunicações, situação que se verifica no STJ, além de ser econômico e não provocar impactos negativos ao meio ambiente.

O questionário padronizado e fechado compreendeu quatro questões, sendo que as duas primeiras tinham o objetivo de conhecer a escolaridade e a situação de ocupação de função/cargo em comissão do entrevistado.

A terceira questão apresentava quatorze iniciativas adotadas pelo STJ para promover a sustentabilidade e reduzir seu impacto ambiental. Foi então solicitado ao entrevistado que marcasse a opção que representasse seu grau de conhecimento e envolvimento com as iniciativas.

A quarta questão apresentava seis afirmações acerca da atuação do STJ em favor da sustentabilidade e do reconhecimento da sustentabilidade como um valor para o Tribunal e para o servidor. O entrevistado respondia conforme seu grau de concordância com a afirmativa.

Por fim, foi aberto um espaço para comentários, caso houvesse interesse dos servidores em manifestarem-se sobre o tema.

Conforme mencionado anteriormente, o questionário foi encaminhado por e-mail a todos os servidores cadastrados no catálogo de endereços do STJ, totalizando 2.027 servidores, no dia 08 de novembro de 2010 e ficou disponível para resposta até o dia 13 de novembro de 2010.

O convite para participação na pesquisa foi visto por 324 servidores, sendo que desses, 257 iniciaram a pesquisa, concluindo-a um total de 228 servidores.

Portanto, os resultados da pesquisa aplicam-se a esses 228 servidores que responderam o questionário.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **5.1 Entrevista com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental**

A entrevista realizada com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental ocorreu no dia 25 de outubro de 2010, no gabinete da Coordenadora.

A primeira pergunta feita à Coordenadora foi relativa à situação em que o STJ se encontrava, em termos de sustentabilidade, quando foi criado o Programa de Responsabilidade Socioambiental.

A Coordenadora informou que não havia qualquer política ambiental no STJ em 2008 e relatou que havia apenas quatro jogos de coletores coletivos instalados no Tribunal. A coleta realizada pelos funcionários terceirizados da limpeza não tinha uma destinação específica, e, em geral, o material recolhido ia para o lixo comum.

Com relação ao papel, uma pequena quantidade era recolhida e vendida para cooperativas. No entanto, essa era uma iniciativa dos próprios funcionários terceirizados, que separavam o papel que ia para o lixo comum. O STJ não tinha qualquer gerência sobre a atividade.

Perguntou-se, a seguir, qual foi a primeira preocupação do Programa de Responsabilidade Socioambiental quando foi institucionalizado pela publicação da Portaria nº 426, de 13 de novembro de 2008.

A primeira preocupação, segundo a Coordenadora, foi normatizar o descarte de materiais.

Em 9 de julho de 2009, foi firmado o Termo de Parceria e Compromisso do STJ nº 001/2009 com a Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – CORTRAP, o que viabilizou o descarte dos materiais coletados.

A Coordenadora esclareceu que havia necessidade de ampliar o número de coletores coletivos, o que foi providenciado com a aquisição de oito jogos de

coletores coletivos suspensos, que foram instalados no térreo dos edifícios do complexo do STJ. Além disso, adquiriram-se 56 jogos de coletores coletivos em metal, que foram distribuídos pelos corredores dos edifícios do Tribunal.

Ao ser perguntada sobre as principais dificuldades enfrentadas no processo de implantação das ações sustentáveis no STJ, a Coordenadora informou que o maior desafio era vencer a resistência das pessoas quanto ao “novo”, citando que “a ignorância é o grande mal”.

Nesse contexto, a Coordenadora explicou que a total falta de conhecimento dos servidores e demais colaboradores do STJ dificulta, sobremaneira, as atividades do Programa. Outra observação feita pela Coordenadora foi de que é muito incômodo para as pessoas sair de sua “zona de conforto”.

Ainda com relação ao tema, a Coordenadora informou que outra dificuldade encontrada relaciona-se à atuação de outras unidades que deveriam ser parceiras do Programa, pela especificidade de suas atividades, no entanto tornam-se altamente resistentes, seja porque não tiveram elas próprias a iniciativa das ações, seja simplesmente porque tais iniciativas provocarão a mudança de seus processos de trabalho.

Para exemplificar a problemática, a Coordenadora citou a questão do Projeto de Conservação de Água no STJ, que, mesmo após a contratação de consultoria para realizar levantamento da situação do Tribunal e propor alternativas para a redução do consumo de água, encontra-se parado há 180 dias na unidade do STJ responsável pela manutenção do complexo predial, aguardando parecer sobre as propostas.

Para vencer a resistência apresentada, o Programa iniciou diversas campanhas de conscientização dos servidores do STJ. As campanhas dizem respeito, principalmente, à necessidade de reduzir o uso dos recursos oferecidos pelo STJ, como material de expediente, água e energia elétrica, entre outros. Foram realizadas palestras e comemorações de datas ambientais e distribuídos panfletos informativos, com o intuito de criar uma consciência ambiental nos servidores do STJ.



A Coordenadora ressaltou que o trabalho de conscientização deve ser contínuo e sistemático; caso contrário, aqueles servidores que ainda não internalizaram a responsabilidade ambiental voltarão aos antigos padrões de consumo.

Quanto à sensibilização de servidores e Ministros, a Coordenadora informou que possui um cronograma para visitar todas as unidades do Superior Tribunal de Justiça, com previsão de término em 2012.

No âmbito dos Gabinetes de Ministros, a Coordenadora informou que a visita ocorre em dois momentos. Primeiramente, a Coordenadora visita apenas o Ministro. Esse encontro tem como objetivo sensibilizar o Ministro para a adoção de práticas de redução do impacto ambiental no gabinete e conseguir seu comprometimento. Posteriormente, com o aval do Ministro, nova visita é realizada, dessa vez com a presença de todo o gabinete.

Com essa metodologia, explica a Coordenadora, tem sido grande a adesão dos gabinetes às ações do programa.

Indagada sobre como se procede à visita de sensibilização, a Coordenadora do Programa convidou esta estudante a participar de visita que ocorreria, no turno da tarde, à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais e que será descrita a seguir.

Prosseguindo com a entrevista, a Coordenadora foi questionada sobre o próximo desafio do Programa de Responsabilidade Socioambiental. Em resposta, a Coordenadora informou que a implantação das licitações sustentáveis no STJ será um grande passo para mudar a cultura do Órgão na adoção de critérios de sustentabilidade em suas compras.

O Projeto das Licitações Sustentáveis encontra-se em análise pela Administração do STJ, pois há previsão de contratação de instituição para realizar diagnóstico da situação do Órgão e propor metodologia de atuação e sistema informatizado para realização dos certames.

Algumas dificuldades estão sendo encontradas no processo, considerando que envolve um alto valor orçamentário para sua implantação, bem como uma grande mudança de toda a metodologia de compras hoje realizada no Tribunal.

No que diz respeito aos servidores, a Coordenadora informou que tem presenciado algumas mudanças de comportamento muito produtivas. Servidores que não tinham qualquer conhecimento da temática da sustentabilidade passaram a adotá-la no seu dia a dia e tornaram-se “ecoparceiros” do Programa.

Os “ecoparceiros” são servidores que se voluntariam a tornar-se parceiros do Programa, explicou a Coordenadora, exercendo sua responsabilidade socioambiental como um valor e atuando em apoio às atividades do Programa.

## **5.2 Visita de Sensibilização à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais, ocorrida no dia 25.10.2010**

A visita à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais, unidade da Secretaria Judiciária, ocorreu com a presença de aproximadamente 25 pessoas, além da equipe de três pessoas do Programa de Responsabilidade Socioambiental.

A Coordenadora do Programa começou a visita explicando os objetivos gerais do encontro e, em seguida, iniciou a apresentação do documentário intitulado “Sobre Vidas”, produzido em 2009 e dirigido por Deleon Souto, o qual mostra a vida de catadores de lixo no lixão de Patos, na Paraíba.

As condições de trabalho deploráveis dos catadores do lixão impressionaram os presentes. Da mesma forma, a descrição de como eles vivem e criam seus filhos com os recursos do lixão emocionaram. Uma das catadoras, ao ser entrevistada, diz que “lixo é luxo” e complementa dizendo que muito do que está ali pode ser reaproveitado. A cena seguinte mostra os restos de uma perna de boi cozida, encontrados entre o lixo, que são fervidos e reaproveitados na alimentação dos que estão trabalhando.

Em seguida, a Coordenadora do Programa começa a falar sobre o papel consumido no Tribunal. A necessidade de utilizarem-se a frente e o verso da folha, bem como de descartá-la, quando for o caso, da forma correta, propiciando sua reciclagem.

Em seguida, pergunta quem conhece a “ecofonte”, a fonte do editor de texto Word *Spranq Eco Sans*, que permite a economia de até 25% dos cartuchos de

tinta, e menciona quantos cartuchos foram consumidos em 2008 – aproximadamente 2.545. Poucos na sala conhecem a ecofonte. É então passada uma folha com impressões, em diversos tamanhos, com a “ecofonte”, e explicada a simplicidade de sua utilização.

Posteriormente, passa-se à questão das garrafas plásticas de água mineral. A Coordenadora do Programa informa que, no último ano, o STJ consumiu 512 mil garrafas plásticas e que 30% delas são descartadas com ainda 30% de água, em média. Acrescentou que, em grande parte, elas são descartadas nos lixos comuns, que não têm destinação para reciclagem.

A Coordenadora prossegue explanando acerca da importância de substituírem-se as garrafas plásticas pelos copos retornáveis distribuídos pelo STJ ou, ainda, por qualquer outro recipiente trazido de casa que seja da preferência do servidor. Para tanto, o STJ adquiriu cem novos bebedouros de água, com capacidade para garrafão de vinte litros, para utilização dos servidores.

Explicou, ainda, que os funcionários responsáveis pela troca dos garrafões de água mineral foram treinados para fazer a adequada higienização dos recipientes e mostrou fotografias dos procedimentos adotados.

Voltando à questão do papel, a Coordenadora ressaltou a importância da substituição do papel branco pelo reciclado e apresentou as estatísticas de consumo de árvores e água para a confecção de cada um.

Para terminar, falou sobre outras ações, de nível macro, em implantação no STJ e solicitou a indicação de um “ecoparceiro” para o Programa, tendo sido prontamente atendida por um servidor da unidade.

Após agradecer a atenção de todos, a Coordenadora encerrou a visita, que teve duração aproximada de quarenta minutos.

### **5.3 Análise dos Dados do Questionário**

A primeira questão do questionário abordou o nível de escolaridade dos servidores. Ao analisar as respostas obtidas, observa-se, conforme representado no

Gráfico 1, abaixo, que, 90% dos respondentes possuem graduação concluída e apenas 10% o ensino médio concluído.

Não houve respondentes com doutorado, tampouco com o ensino fundamental completo.

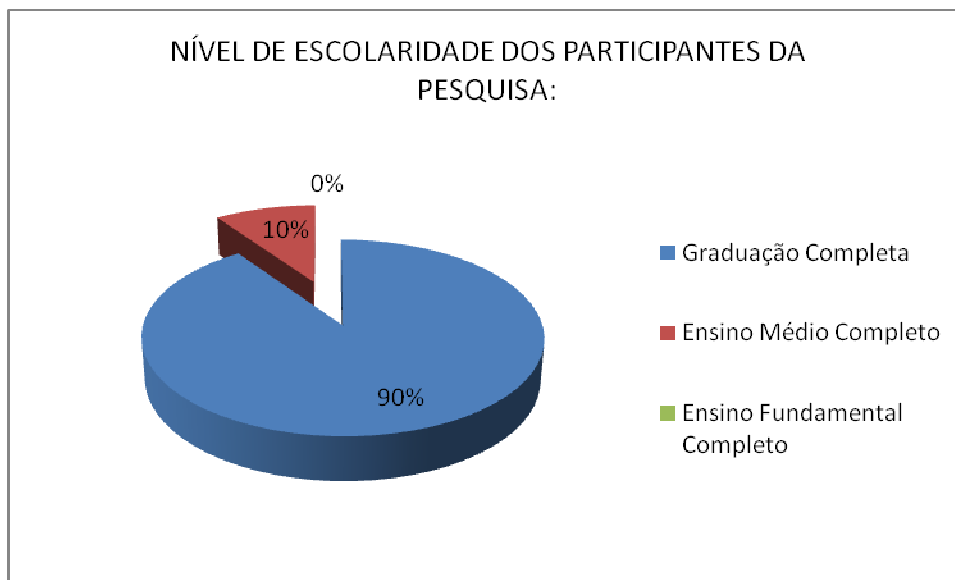


Gráfico 1. Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa.

Ao se detalhar a amostra (Gráfico 2), percebe-se que dos 90% dos servidores com graduação concluída, 58% possuem pós-graduação, o que representa 132 servidores, 28,51% possuem graduação e somam 65 servidores e 4% possuem mestrado, o que equivale a 9 servidores.

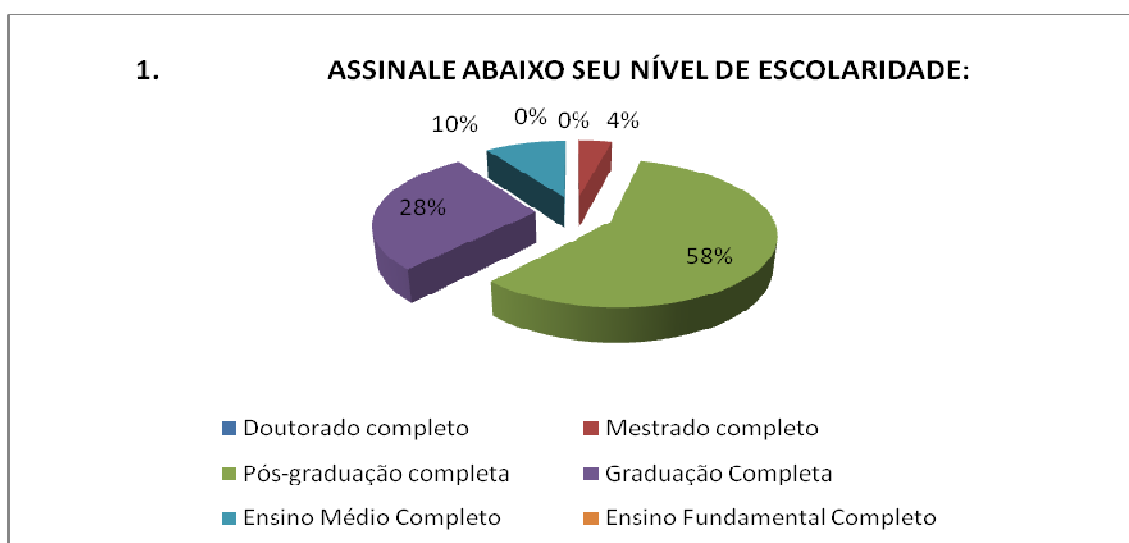


Gráfico 2. Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa - detalhado.

Verifica-se, portanto, que o percentual de servidores que possuem alguma especialização é de 62% do total dos entrevistados e que a pós-graduação é a especialização escolhida pela maioria dos entrevistados.

Na segunda questão, os servidores responderam sobre a ocupação de função/cargo em comissão no Superior Tribunal de Justiça, conforme representação do Gráfico 2.

Do total de 228 entrevistados, 109 servidores, aproximadamente 48% do total, não ocupam função/cargo em comissão no Órgão.

Os ocupantes de função comissionada (FC), relativa aos cargos de assistência e chefia, totalizam 88 servidores e representam 39% dos entrevistados.

Os ocupantes dos cargos mais altos no STJ, os de assessoramento e direção (CJ), representam 13,60% dos respondentes, totalizando 31 servidores.

Como se pode observar na representação abaixo, a maioria dos respondentes, 52%, ocupa algum tipo de função ou cargo no STJ.

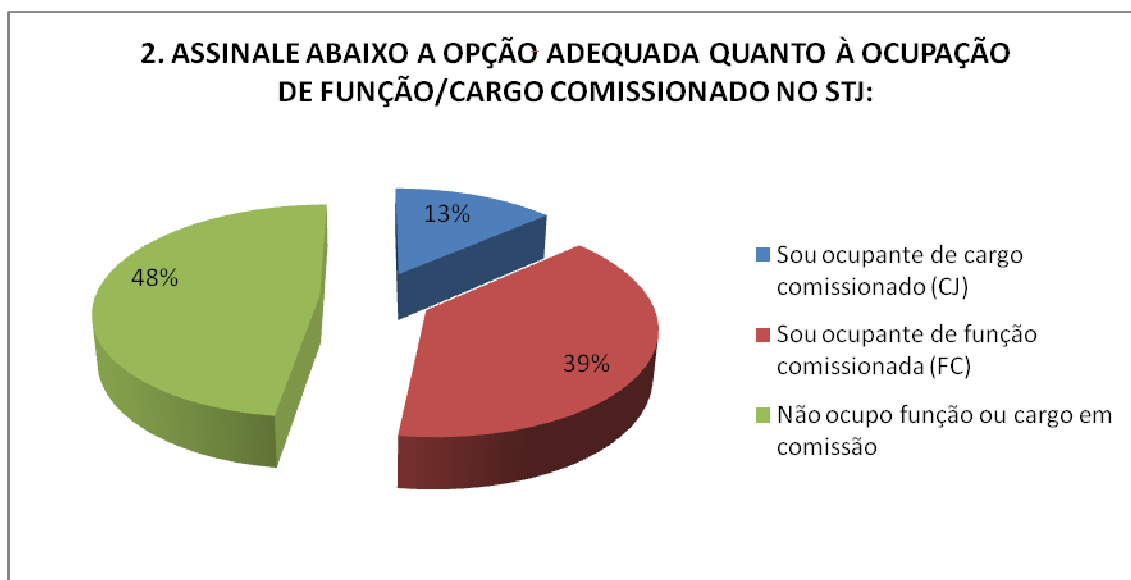


Gráfico 3. Ocupação de função/cargo dos participantes da pesquisa.

Correlacionando-se as duas variáveis (Gráfico 4), nível de escolaridade e ocupação de função/cargo em comissão, verifica-se que, entre os ocupantes de cargos de assessoramento e direção (CJ), 74,19% possuem pós-graduação

completa e 9,68% possuem mestrado, totalizando aproximadamente 83,87% desses servidores com especialização.

Entre os ocupantes de função comissionada (FC), o percentual de servidores que possui especialização soma 56,82%, sendo que 55,68% representam os que possuem pós-graduação e 1,14% os que possuem mestrado.

A despeito de não ocuparem função/cargo em comissão, 59,64% dos servidores que se enquadram nessa categoria possuem especialização, sendo 55,05% com pós-graduação e 4,59% com mestrado.

Esse montante é superior ao anterior, referente aos ocupantes de função comissionada, o que permite concluir que a ocupação de função/cargo em comissão não representa, necessariamente, na amostra pesquisada, um maior nível de escolaridades dos ocupantes desses cargos.

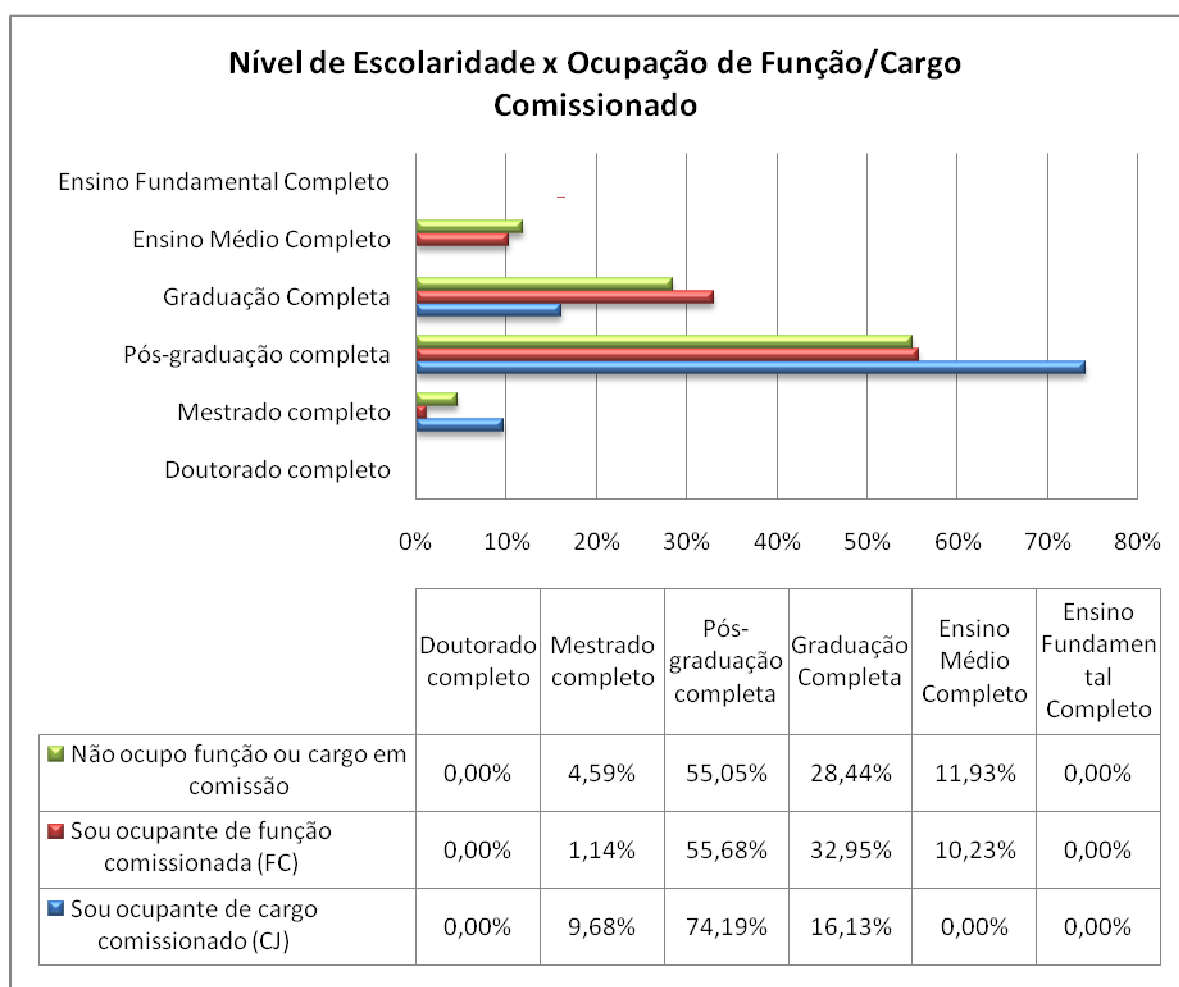


Gráfico 4. Nível de escolaridade x Ocupação de função/cargo comissionado.

A terceira questão do questionário, representada pelo Gráfico 5, apresentou quatorze iniciativas implantadas ou em fase de implantação no STJ, que visam à criação de uma consciência ambiental nos seus servidores, bem como à redução do impacto ambiental causado pelo Órgão. Os servidores deviam marcar sua resposta de acordo com seu nível de conhecimento e envolvimento com a iniciativa.

O quadro abaixo mostra que algumas iniciativas são absolutamente desconhecidas dos servidores, como é o caso da “Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P”, com desconhecimento da iniciativa por 69,6% dos entrevistados. Seguida pela instituição dos “ecoparceiros”, que é desconhecida por 64,44% dos servidores, e pela “Compostagem”, com desconhecimento de 56,68% dos entrevistados.

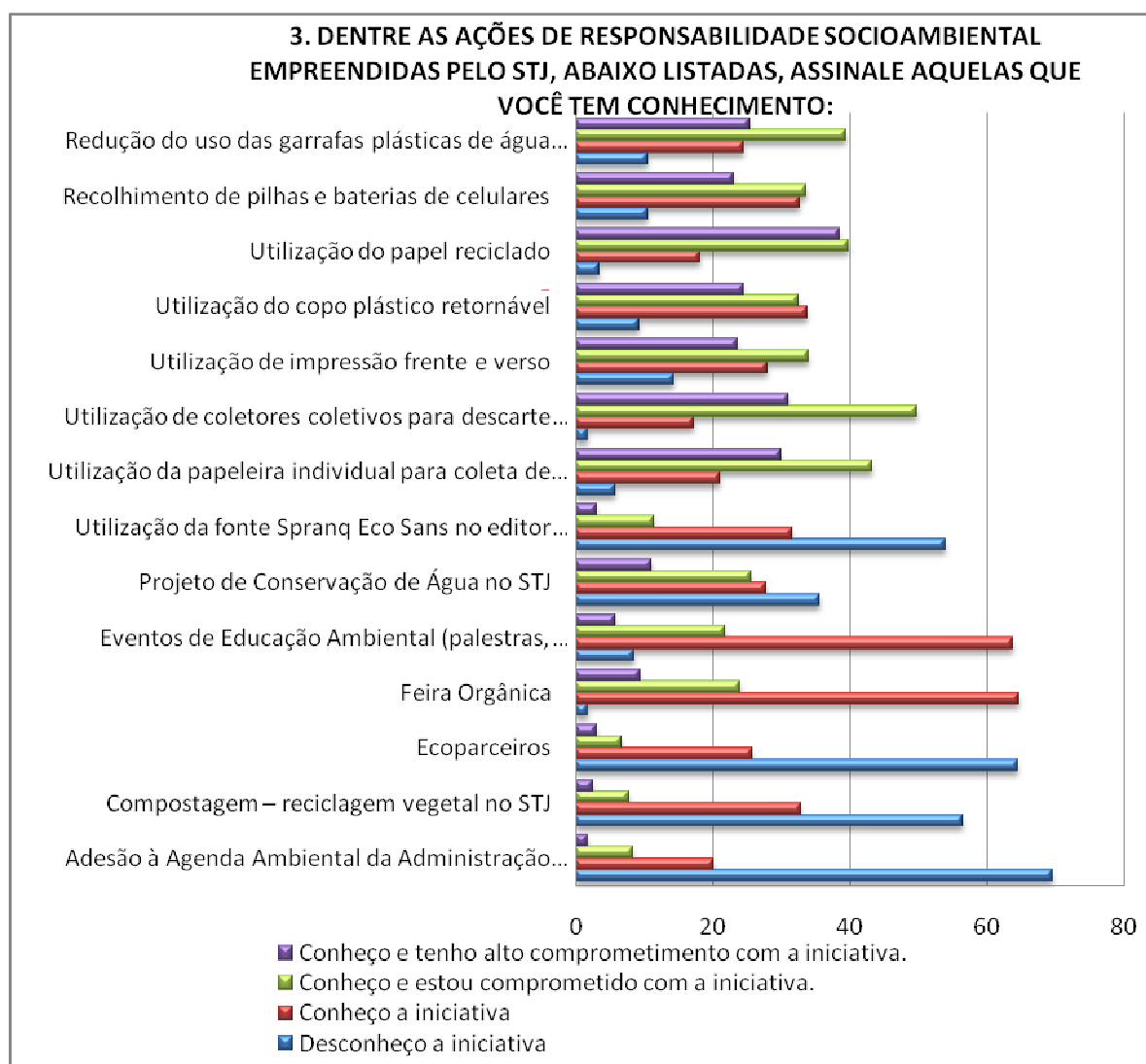


Gráfico 5. Ações de responsabilidade socioambiental empreendidas pelo STJ.

Entretanto, entre as iniciativas mais desconhecidas pelos servidores a que está em quarto lugar chama a atenção. Com índice de 53,95% de desconhecimento dos entrevistados, encontra-se a “Utilização da fonte *Spranq Eco Sans* no editor de texto *Word*”, que reduz em até 25% o gasto com os insumos de tinta em impressoras. Observa-se, nesse caso, que a perda de economia do STJ pode ser relevante, considerando o gasto de papel com impressões, anteriormente relatado.

Ao analisar as iniciativas mais conhecidas pelos entrevistados, observa-se que a “Feira Orgânica” e os “Eventos de Educação Ambiental” são as mais populares, com 64,71% e 63,84%, respectivamente. Seguidas pela “Utilização do copo plástico retornável”, com 33,77%, pela “Compostagem”, com 32,89%, e pelo “Recolhimento de pilhas e baterias de celulares”, com um total de 32,74%.

Quanto às iniciativas que são conhecidas pelos entrevistados e com as quais eles estão comprometidos, destaca-se a “Utilização dos coletores coletivos”, que representa 49,87% das respostas nessa categoria, seguida pelo “Uso da papelreira individual”, com 43,17%, e pelo “Uso do papel reciclado”, com 39,82%.

No que diz respeito às iniciativas conhecidas pelos servidores com alto comprometimento, repetem-se as anteriormente citadas, alternando-se apenas a ordem em que elas aparecem. Assim, o “Uso do papel reciclado” apresenta adesão de 38,5% dos entrevistados, a “Utilização dos coletores coletivos” foi escolhida por 31,11% dos servidores e o “Uso da papelreira individual” foi indicado por 29,66% dos entrevistados, que se declararam com alto comprometimento com essa iniciativa.

Somando-se as iniciativas mais votadas, conhecidas e que envolvem algum grau de comprometimento do servidor, constata-se que a “Utilização dos coletores coletivos” é a que tem maior adesão, com 80,89% dos votos. Em segundo lugar, aparece o “Uso do papel reciclado”, com o comprometimento de 78,32% dos entrevistados, e, em terceiro lugar, observa-se que o “Uso da papelreira individual” aparece com 72,83% do comprometimento dos servidores.

Observa-se que a escolha dessas alternativas demonstra uma preocupação do servidor com o descarte correto dos materiais, em especial do papel. No entanto, revela que outras iniciativas, igualmente importantes, como a



utilização da ecofonte ou a impressão em frente e verso, ainda não apresentam comprometimento significativo dos servidores.

A seguir, serão analisadas as iniciativas que obtiveram maior número de votos em cada uma das possíveis respostas: Desconheço a iniciativa; Conheço a iniciativa; Conheço e estou comprometido com a iniciativa; e Conheço e tenho alto comprometimento com a iniciativa. Os resultados serão correlacionados com o nível de escolaridade e com a ocupação de função/cargo comissionado para verificar se essas variáveis influenciam na percepção do servidor sobre o tema.

Ao analisar-se a iniciativa menos conhecida, qual seja, a “Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P”, relacionada com o nível de escolaridade dos entrevistados (Gráfico 6), observa-se que o alto grau de desconhecimento não se relaciona com a escolaridade dos servidores, tendo ocorrido, provavelmente, uma baixa divulgação da iniciativa.

Entretanto, nota-se que, entre os que responderam que conhecem a iniciativa e têm alto comprometimento com ela, a maioria, 11,11%, são servidores com mestrado, mas a mesma categoria é também maioria, com 77,78%, quando a resposta é relacionada ao desconhecimento da ação.

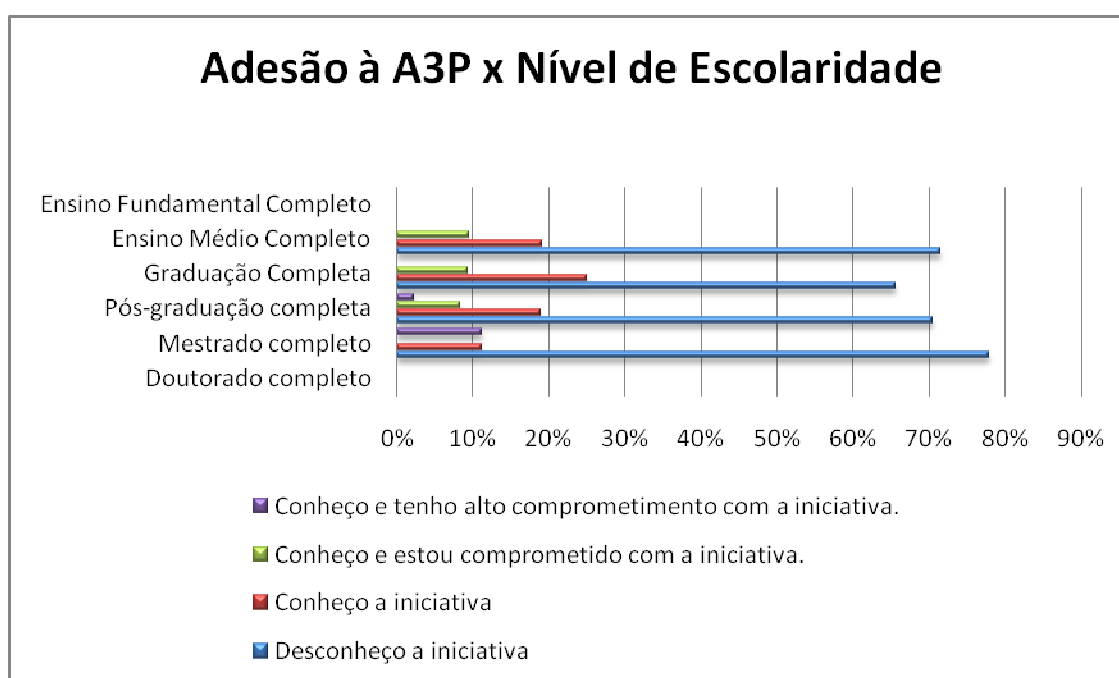


Gráfico 6. Adesão à A3P x Nível de escolaridade.

No caso em tela, o nível educacional não demonstra influenciar no conhecimento da ação. Provavelmente, a ação não teve a divulgação e o alcance adequados.

Por outro lado, ao analisarem-se as respostas dos servidores para essa iniciativa, relacionando-a à ocupação de função/cargo (Gráfico 7), observa-se que o maior índice de desconhecimento refere-se aos não ocupantes de função/cargo comissionado. Da mesma forma, quando a análise volta-se aos servidores que possuem comprometimento ou alto comprometimento com a iniciativa, os ocupantes de cargo comissionado (CJ) destacam-se, embora as margens de diferença sejam pequenas.

Verifica-se, então, que a iniciativa é mais conhecida pela alta Administração do STJ, no caso em tela, aqueles servidores que ocupam os cargos de assessoramento e direção no STJ.

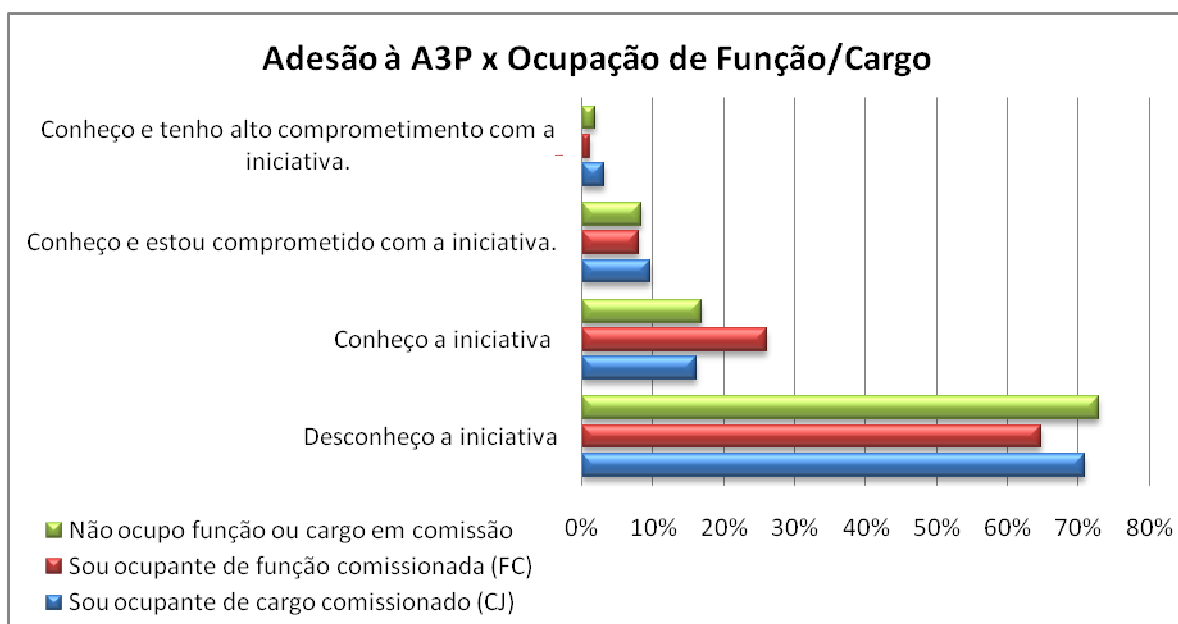


Gráfico 7. Adesão à A3P x Ocupação de função/cargo.

No que diz respeito à iniciativa “Feira orgânica”, que alcançou 64,71% da resposta “Conheço a iniciativa” (Gráfico 8), não se nota grande diferença entre os níveis de escolaridade para essa resposta. Entretanto, quando se analisam as duas respostas que envolvem o comprometimento do servidor, “Conheço e estou comprometido com a iniciativa” e “Conheço e tenho alto comprometimento com a

iniciativa”, observa-se um sutil aumento dos índices à medida que se aumenta a escolaridade de ensino médio para mestrado.

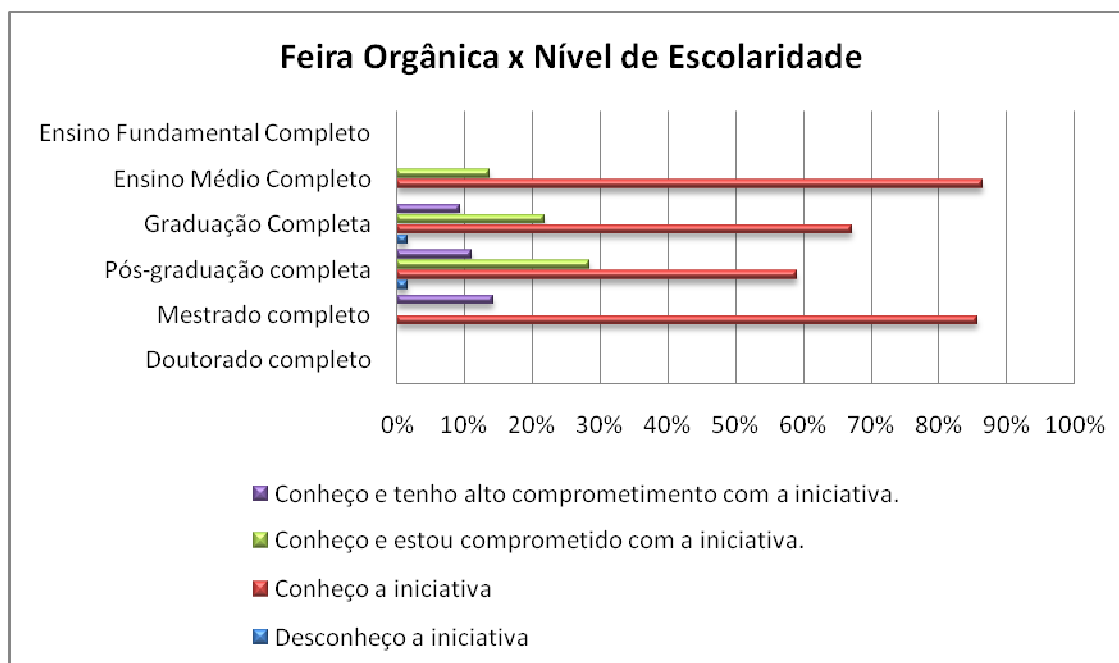


Gráfico 8. Feira orgânica x Nível de escolaridade.

Na análise da iniciativa “Feira orgânica” relacionada à situação dos servidores quanto à ocupação de função/cargo comissionado (Gráfico 9), verifica-se claramente que mais da metade daqueles que se declararam com alto comprometimento com a iniciativa é de ocupantes de CJ. O que demonstra que a alta Administração do STJ tem um alto comprometimento com a iniciativa apresentada.

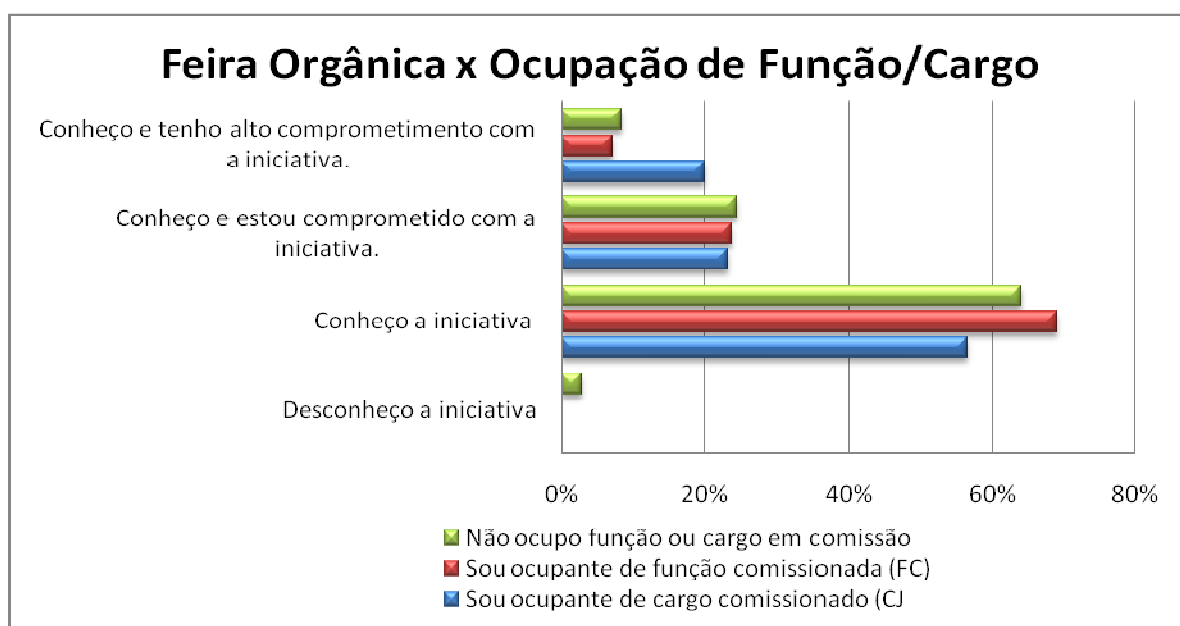


Gráfico 9. Feira orgânica x Ocupação de função/cargo.

Segue-se à análise com a iniciativa “Utilização dos coletores coletivos”, que obteve o maior índice para a resposta “Conheço e estou comprometido com a iniciativa”, com 49,87% dos entrevistados.

Nesse caso, observa-se uma flutuação entre as diversas respostas, seguindo um padrão quase coincidente de aumento dos índices nas respostas à medida que se diminui a escolaridade, à exceção dos servidores com alto comprometimento com a iniciativa, quando se verifica o inverso: os índices aumentam à medida que se aumenta a escolaridade (Gráfico 10).

Conclui-se, portanto, que no presente caso, os servidores mais instruídos possuem maior envolvimento com a iniciativa.

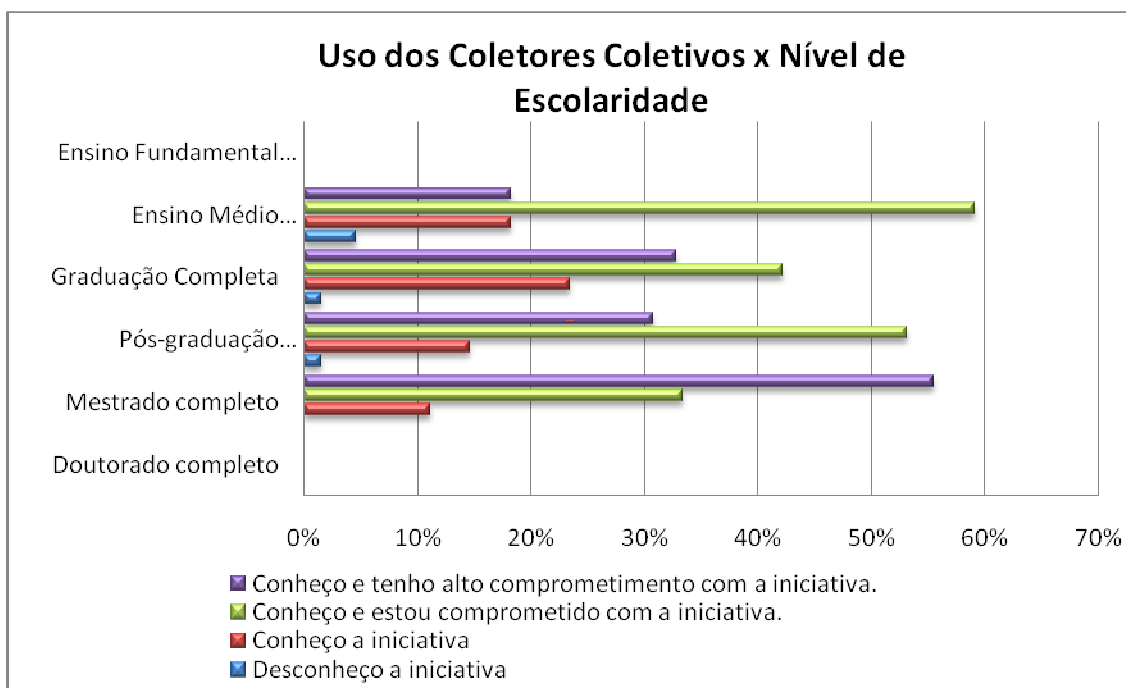


Gráfico 10. Uso dos coletores coletivos x Nível de escolaridade.

Na análise da mesma iniciativa, relacionada à ocupação de função/cargo (Gráfico 11), verifica-se que, quando há um alto comprometimento com a iniciativa, os maiores índices referem-se aos ocupantes de FC e CJ. Nas outras respostas, essa observação não se repete, sendo equivalente a ocorrência de altos índices para ocupantes de CJ e não ocupantes de FC/CJ quando a resposta é “Conheço e estou comprometido com a iniciativa” e “Conheço a iniciativa”. Não aparecem ocupantes de CJ para a resposta “Desconheço a iniciativa”.

Portanto, observa-se, nesse caso, que os servidores que ocupam cargos no STJ estão mais comprometidos com a iniciativa.

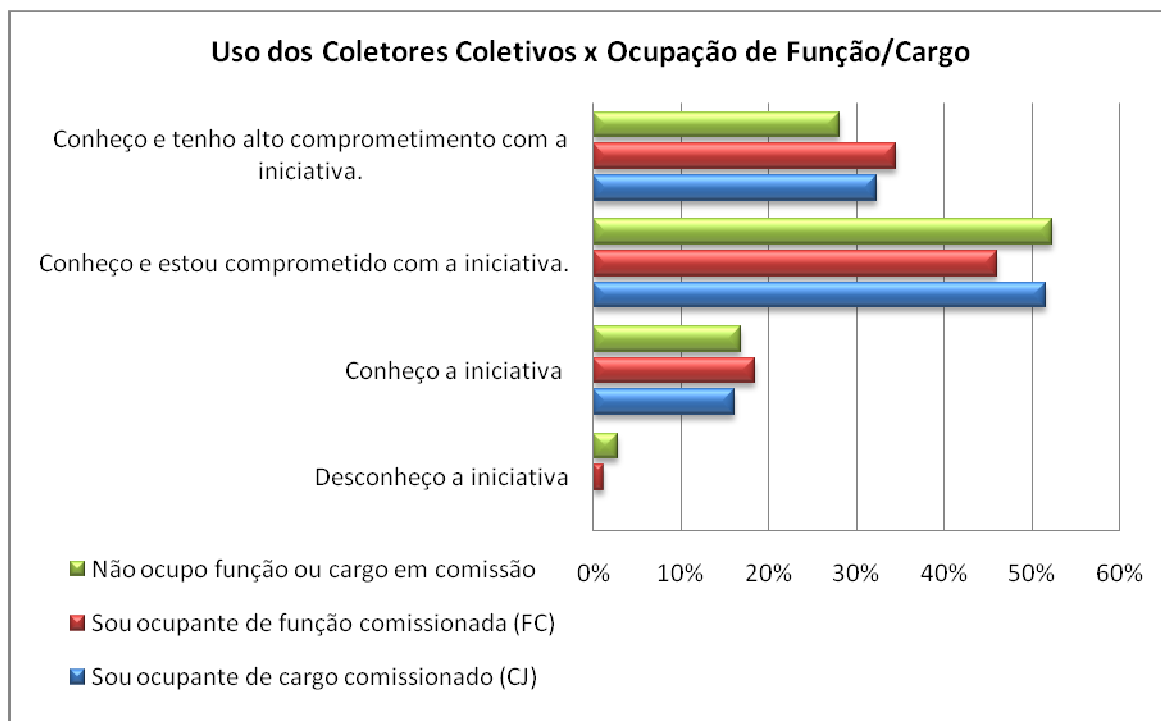


Gráfico 11. Uso dos coletores coletivos x Ocupação de função/cargo.

Ao prosseguir com a análise, a iniciativa que obteve maior índice para a resposta “Conheço e tenho alto comprometimento com a iniciativa” foi a “Utilização do papel reciclado”, com 38,5% dos votos dos servidores (Gráfico 12).

Nesse caso, o maior índice de desconhecimento da iniciativa refere-se aos servidores com ensino médio completo, 4,55%. No entanto, quando a resposta é “Conheço a iniciativa”, os servidores com ensino médio (22,73%) só ficam abaixo dos que possuem mestrado (33,33%), revelando que a iniciativa é bem conhecida por todos.

Quando se avalia a resposta “Conheço e estou comprometido com a iniciativa”, os servidores com mestrado são os que obtêm o menor índice (44,44%), bem abaixo dos que possuem apenas o ensino médio (36,36%).

Por fim, quando se avalia o alto comprometimento com a iniciativa, os servidores que possuem mestrado (44,44%) aparecem praticamente empatados com os que possuem a graduação completa (44,62%), seguidos pelos servidores com ensino médio (36,36%). Por último, estão os que são pós-graduados (35,66%).

Como se pode observar, as diferenças são mínimas e não representam que a escolaridade seja um fator determinante para o comprometimento com a iniciativa.

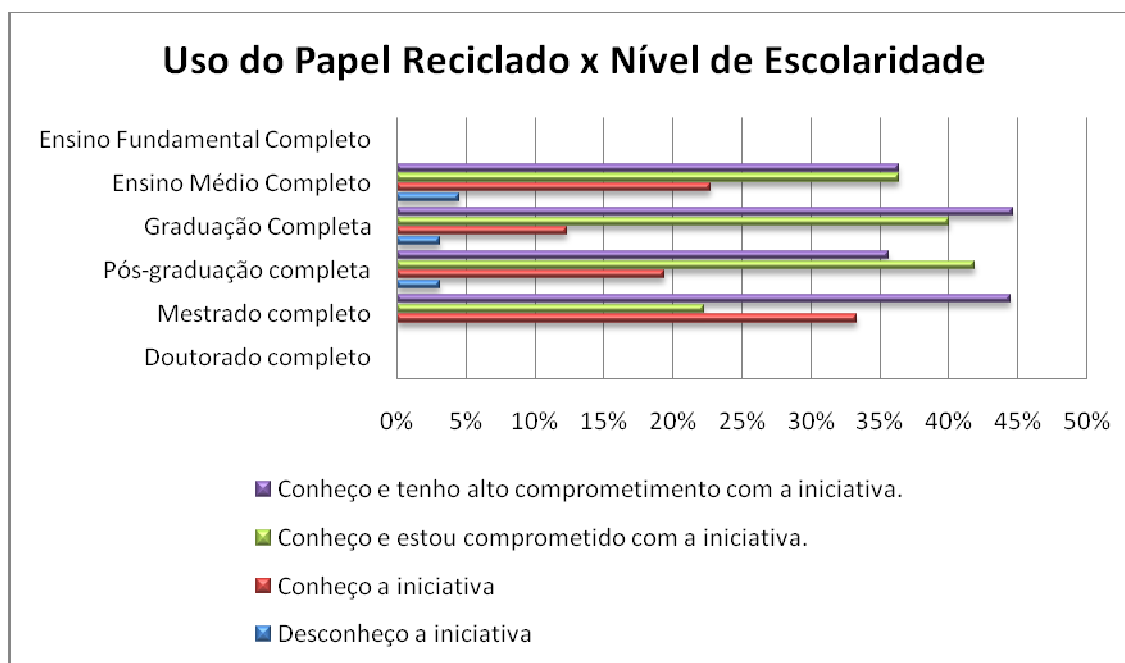


Gráfico 12. Uso do papel reciclado x Nível de escolaridade.

Da mesma forma, a análise do “Uso do papel reciclado” em relação à ocupação de função/cargo comissionado (Gráfico 13) não se apresenta relevante para o conhecimento ou o comprometimento com a iniciativa.

Apenas quando a resposta foi “Conheço a iniciativa” os ocupantes de FC e CJ foram maioria. Nas outras respostas, os servidores não ocupantes de função mostraram-se comprometidos com a iniciativa tanto quanto ou mais que os outros servidores.

Pode-se concluir, que a iniciativa foi bem difundida no Tribunal, obtendo alta adesão e comprometimento de todos os servidores da Casa. Esse resultado reflete o trabalho incessante do Tribunal para substituir o papel branco pelo papel reciclado.

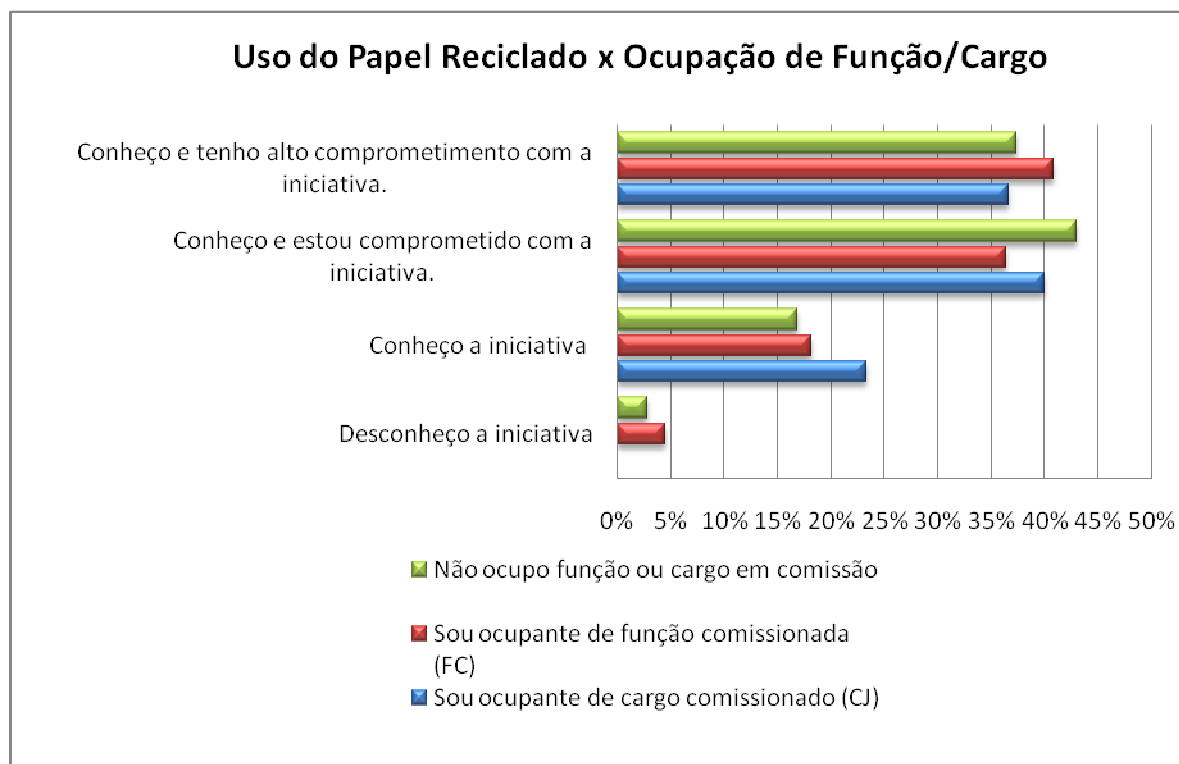


Gráfico 13. Uso do papel reciclado x Ocupação de função/cargo.

Das análises acima realizadas, pode-se concluir que, em geral, o nível de escolaridade não é um fator determinante no conhecimento das ações de sustentabilidade no STJ, observou-se, entretanto, uma discreta influência quando a resposta envolvia o alto comprometimento com a iniciativa avaliada. Podendo-se interpretar que, quando a ação é bem divulgada no STJ, os servidores que têm maior escolaridade tendem a se envolver e se comprometer mais com a iniciativa.

Entretanto, deve-se reconhecer que os servidores que ocupam função comissionada (FC) e, especialmente, cargo em comissão (CJ) estão nitidamente mais envolvidos com as iniciativas propostas pelo Órgão. Tal comportamento, pode ser resultado da participação na tomada de decisão para a implantação dessas iniciativas ou mesmo um maior conhecimento das metas ambientais estratégicas do Tribunal, o que levariam a um maior conhecimento da importância da ação e, consequentemente, um maior envolvimento com ela.

Passa-se, a seguir, à análise da quarta questão apresentada no questionário (Gráfico 14). Essa questão teve como principal objetivo avaliar se os servidores do STJ reconhecem a sustentabilidade como um valor para o Tribunal e se percebem que o STJ tem-se esforçado para cumprir seu papel de Órgão responsável pela promoção da sustentabilidade. Além disso, a questão também

pretendeu analisar se, na percepção dos servidores, a Administração do STJ e seu corpo funcional estão comprometidos com essa nova visão da Administração Pública e, por fim, se as ações empreendidas geraram uma mudança de comportamento no servidor fora do ambiente de trabalho.

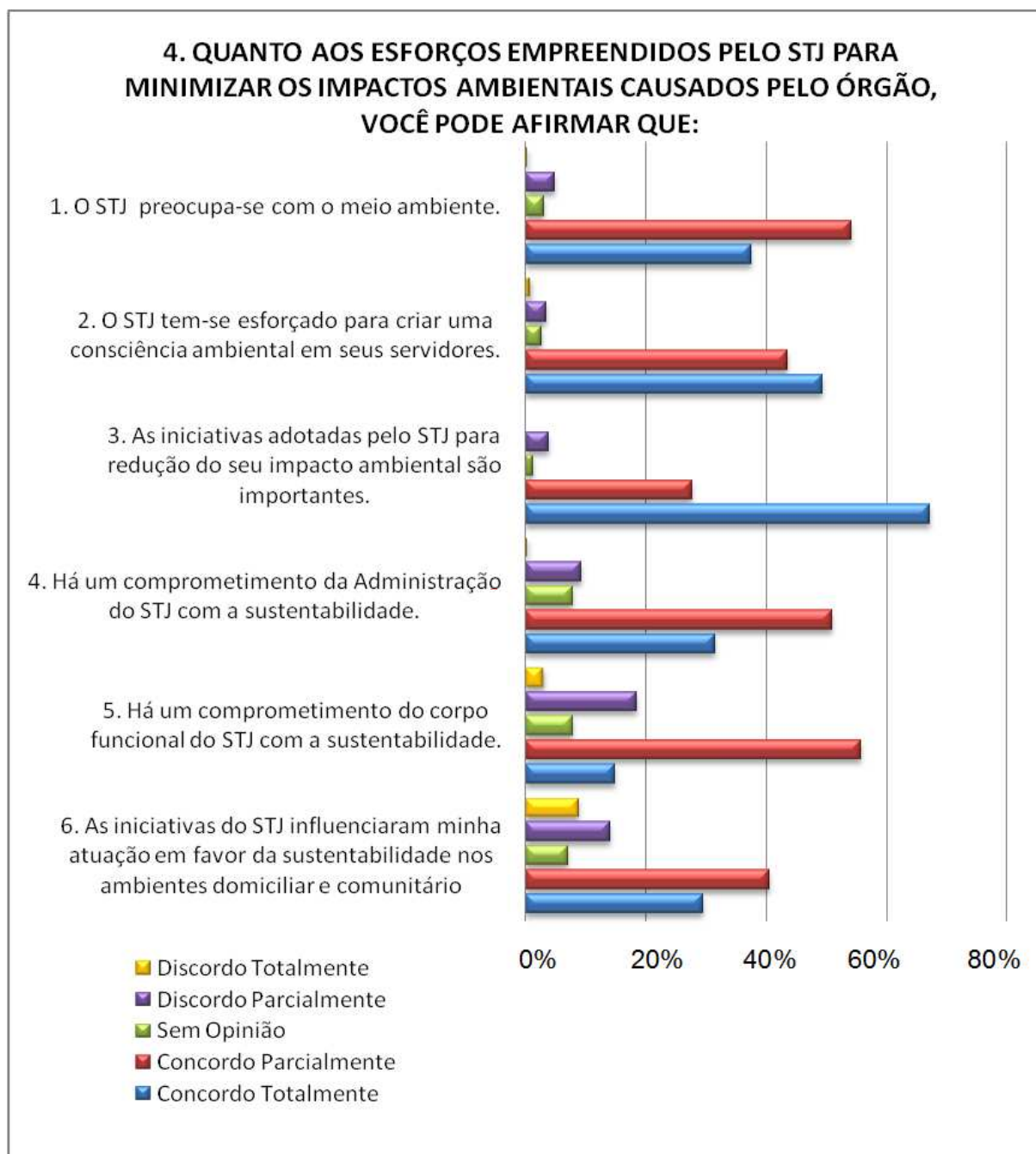


Gráfico 14. Percepção dos servidores quanto às ações empreendidas pelo STJ.

Quanto à primeira afirmativa, “O STJ preocupa-se com o meio ambiente”, 54,15% dos servidores afirmaram que concordavam parcialmente, e 37,55%, que



concordavam totalmente, o que representa um total de 91,7% dos servidores em concordância com a afirmação. Esse resultado revela um alto reconhecimento da sustentabilidade como um valor para o Tribunal. No entanto, há que se reconhecer que mais da metade dos servidores (54,15%) teve alguma ressalva ao responder a afirmativa, não concordando totalmente, o que demonstra que o STJ deve reforçar a mensagem junto ao seu corpo funcional para alcançar índices mais elevados de reconhecimento da sustentabilidade como valor para o Órgão.

Quanto à segunda afirmativa, “O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores”, índices semelhantes foram alcançados, com 49,34% em concordância total com a afirmativa e 43,61% concordando parcialmente. Novamente, observa-se uma alta percepção dos servidores quanto à atuação do STJ.

Em relação à terceira afirmativa, “As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes”, 67,11% dos servidores responderam que concordam totalmente com a assertiva, o que representa que o servidor tem uma alta consciência da importância das ações implementadas pelo Órgão.

Quanto à quarta afirmativa, “Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade”, embora quase 10% dos entrevistados tenham respondido que discordam parcialmente, 50,88% dos servidores responderam que concordam parcialmente, e 31,42%, que concordam totalmente. É um resultado muito favorável ao Órgão, pois demonstra que seu corpo funcional vê a alta Administração envolvida e comprometida com as iniciativas relativas à sustentabilidade. Esse resultado corrobora os resultados obtidos nas afirmativas anteriores.

A quinta afirmativa, “Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade”, apresenta um resultado favorável, já que 55,7% dos servidores concordam parcialmente com a assertiva, o que denota que eles reconhecem entre si algum comprometimento com as iniciativas implementadas. Entre os que concordam totalmente estão 14,91% dos servidores. Verifica-se, entretanto, que é nessa questão que aparece o maior índice de servidores que discordam parcialmente da afirmativa (18,42%). Pode-se inferir que os maiores índices de respostas parciais, tanto para quem concorda, como para quem discorda,

podem representar que a percepção do servidor para com o comprometimento dos seus colegas ou seu próprio ainda não está bem consolidada.

Por fim, com relação à sexta afirmativa, “As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário”, observam-se resultados bastante positivos, com 40,53% dos entrevistados concordando parcialmente e 29,52% concordando totalmente, o que totaliza aproximadamente 70% dos respondentes. Embora nessa afirmativa apareçam, pela primeira vez, resultados próximos aos 10% para servidores que discordam totalmente da afirmativa, o fato de as ações em favor da sustentabilidade influenciarem a atuação fora do ambiente de trabalho de cerca de 70% do seu corpo funcional é a confirmação de que as ações de educação ambiental promovidas pela Administração Pública podem fazer a diferença na vida da sociedade e, no caso do STJ, é a comprovação de que todos os esforços empreendidos estão gerando os frutos esperados.

Quanto à análise das variáveis de nível de escolaridade e ocupação de função/cargo comissionado, descrevem-se a seguir os resultados obtidos em cada uma das afirmativas.

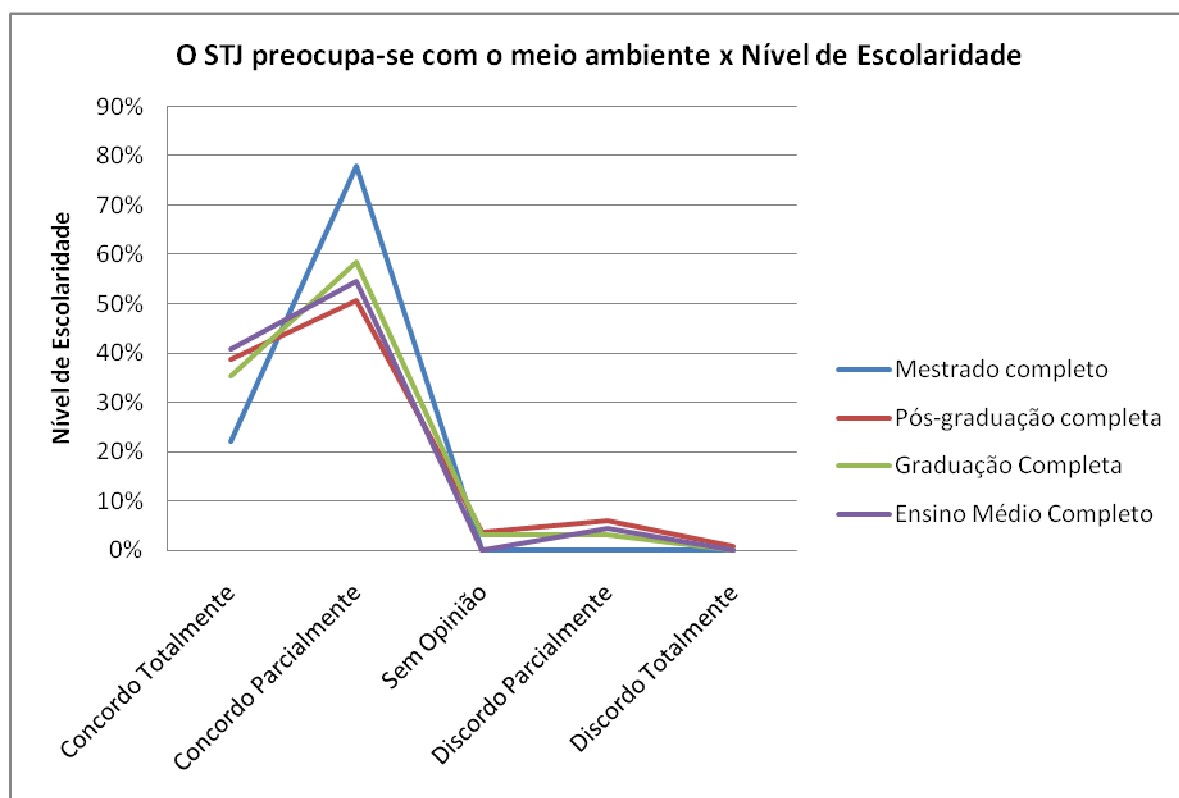


Gráfico 15. O STJ preocupa-se com o meio ambiente x Nível de Escolaridade.

Quando a afirmativa “O STJ preocupa-se com o meio ambiente” é analisada em relação ao nível de escolaridade, observa-se que o alto índice de concordância parcial refere-se aos servidores com mestrado, que representam 77,78% do total de respondentes nessa categoria (Gráfico 15). Os servidores que possuem graduação estão aproximadamente vinte pontos percentuais abaixo. O que denota, no presente caso, que um maior nível de escolaridade pode influenciar na percepção dos valores defendidos pelo Órgão.

Quando a afirmativa é analisada em relação à ocupação de função/cargo comissionado (Gráfico 16), observa-se que 61,29% dos que responderam que concordam parcialmente são ocupantes de CJ, seguidos por 55,68% dos ocupantes de FC. Tal análise denota que os servidores mais envolvidos com a Administração demonstraram alta percepção dos valores do Órgão.

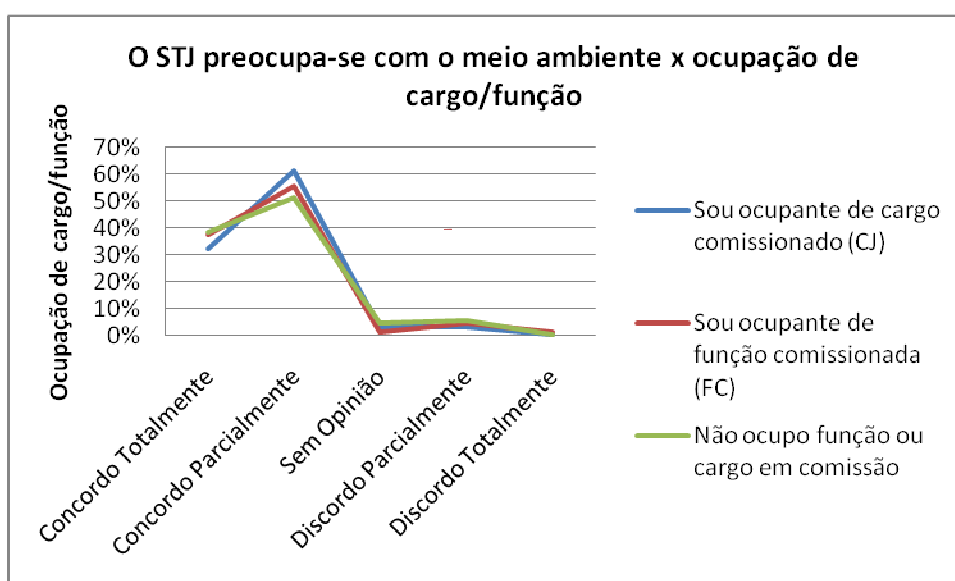


Gráfico 16. O STJ preocupa-se com o meio ambiente x Ocupação de função/cargo.

Ao prosseguir com a análise, na segunda afirmativa, “O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores” (Gráfico 17), observa-se uma discordância parcial por parte dos servidores com mestrado, da ordem de 11%, seguida pelos servidores com ensino médio com 9%.

Não se pode, no presente caso, inferir que a escolaridade influencia a percepção do servidor, devido à quase coincidência de resultados entre servidores com mestrado e com ensino médio. Entretanto, o que se pode concluir é que apesar

dos índices de concordância serem altos, 27% de todos os servidores não reconhecem os esforços empreendidos pelo STJ na promoção de uma educação ambiental aos seus servidores.

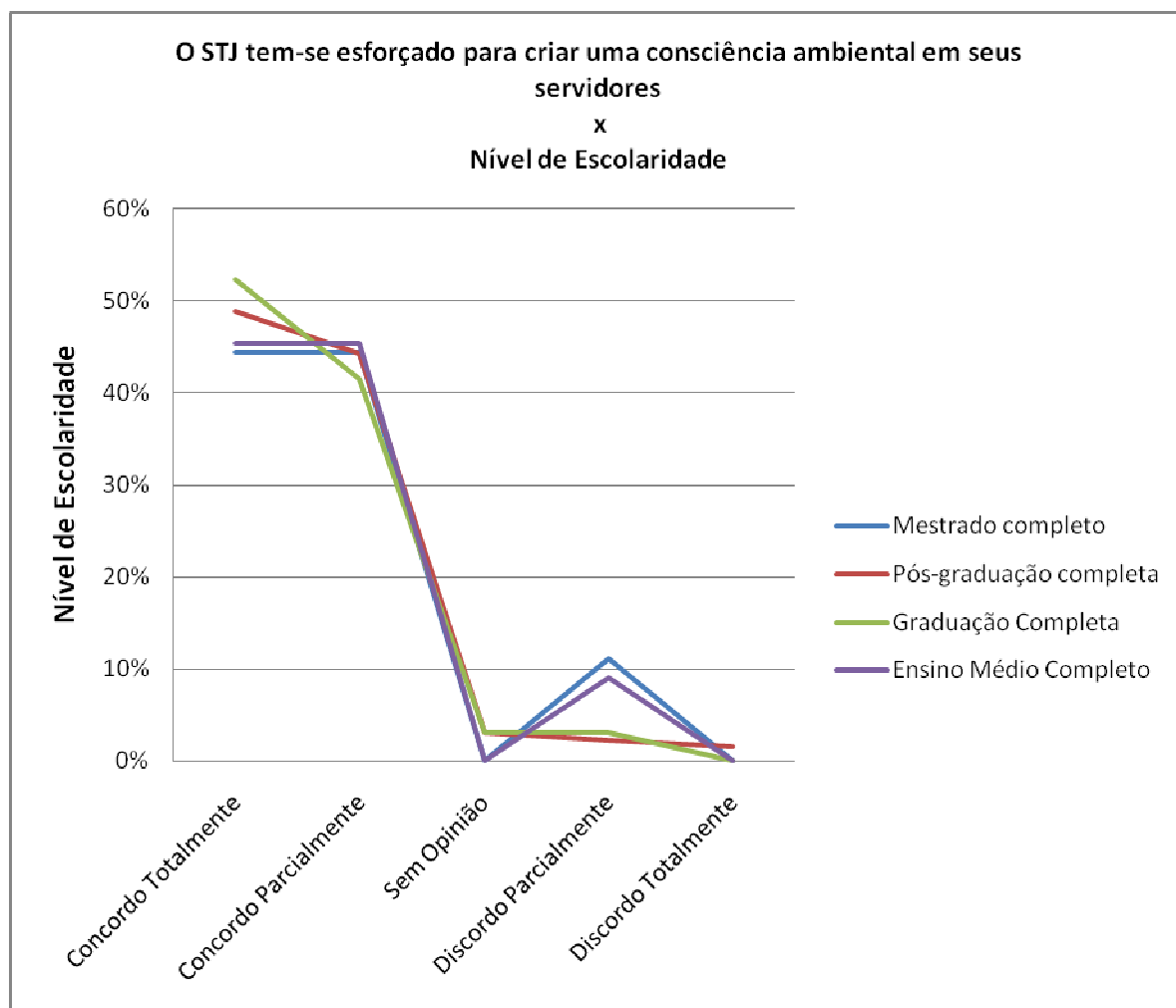


Gráfico 17. O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores x Nível de Escolaridade.

Entretanto, quando a análise recai sobre a variável ocupação de função/cargo (Gráfico 18), verifica-se que, entre os que ocupam CJ e FC, 50% e 54,55%, respectivamente, concordam totalmente com a afirmativa.

Esse resultado demonstra, mais uma vez, a alta percepção do quadro diretivo do STJ quanto aos esforços implementados pelo Órgão para o desenvolvimento de uma consciência ambiental, que reflita a responsabilidade do servidor para com o meio ambiente.

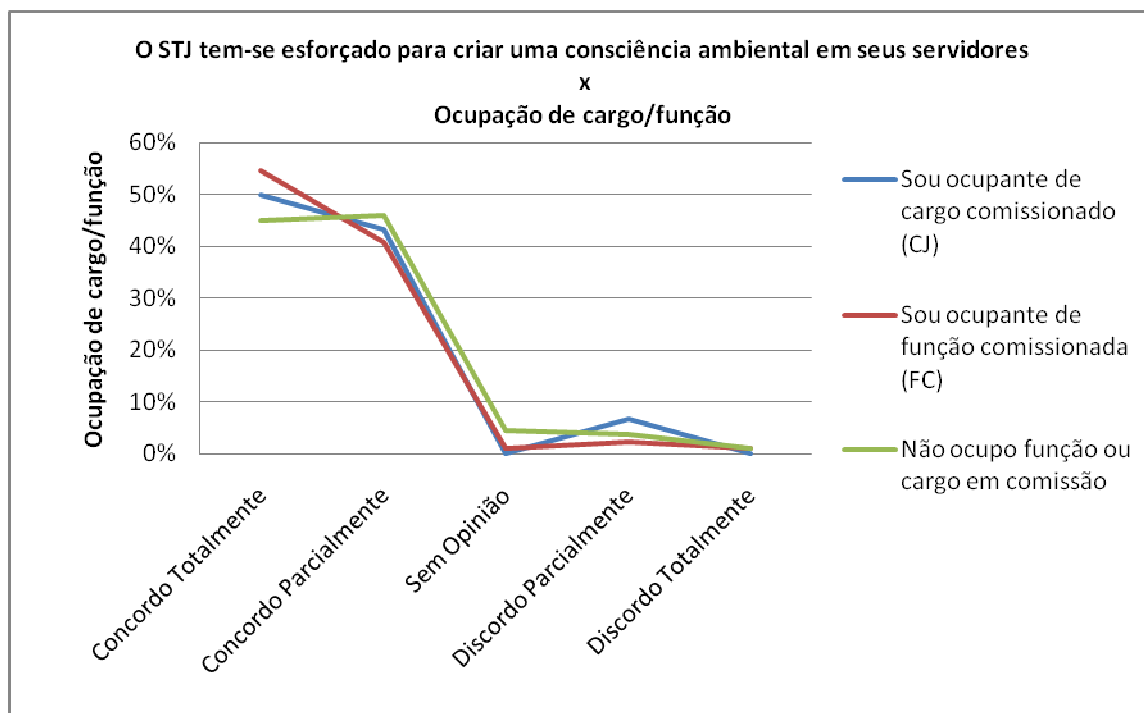


Gráfico 18. O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores x Ocupação de função/cargo.

Na análise da terceira afirmativa, “As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes”, quando correlacionada com o nível de escolaridade (Gráfico 19), observa-se que os altos índices de concordância são inversamente proporcionais ao nível de escolaridade, ou seja, o maior índice refere-se aos servidores que possuem ensino médio (81,82%), e o menor índice, aos que possuem mestrado (55,56%).

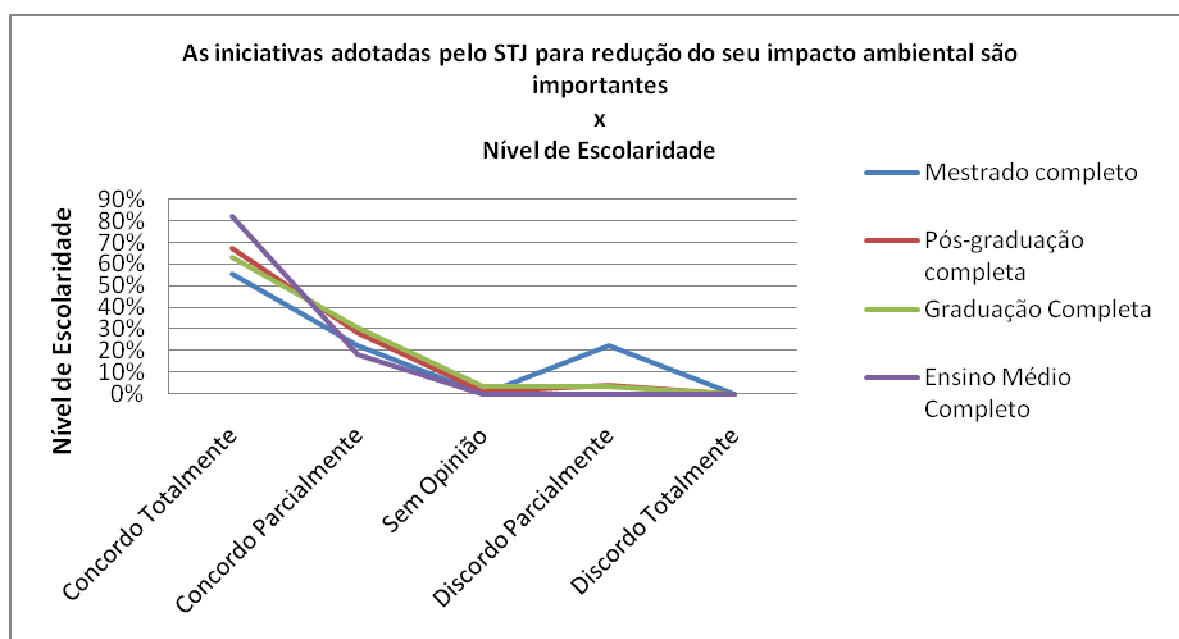


Gráfico 19. As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes x Nível de Escolaridade.

Pode-se concluir que um maior nível de escolaridade faz com que os servidores sejam mais críticos quanto à atuação do Tribunal e não reconheçam nas ações empreendidas como importantes para a redução do impacto ambiental. Essa análise pode representar que esses servidores esperam uma atuação mais consistente ou que traga mais resultados para a casa. A divulgação mais ampla dos resultados atingidos pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental pode ser uma estratégia para tentar reverter essa situação.

Assim como na afirmativa anterior, quando se analisam as respostas com foco na variável ocupação de função/cargo (Gráfico 20), observa-se que 74,19% dos ocupantes de CJ concordam totalmente com a afirmativa e, igualmente, 73,86% dos que ocupam FC. Nota-se, claramente, que o envolvimento do servidor com a Administração do STJ o faz ter uma percepção maior dos valores do Órgão.

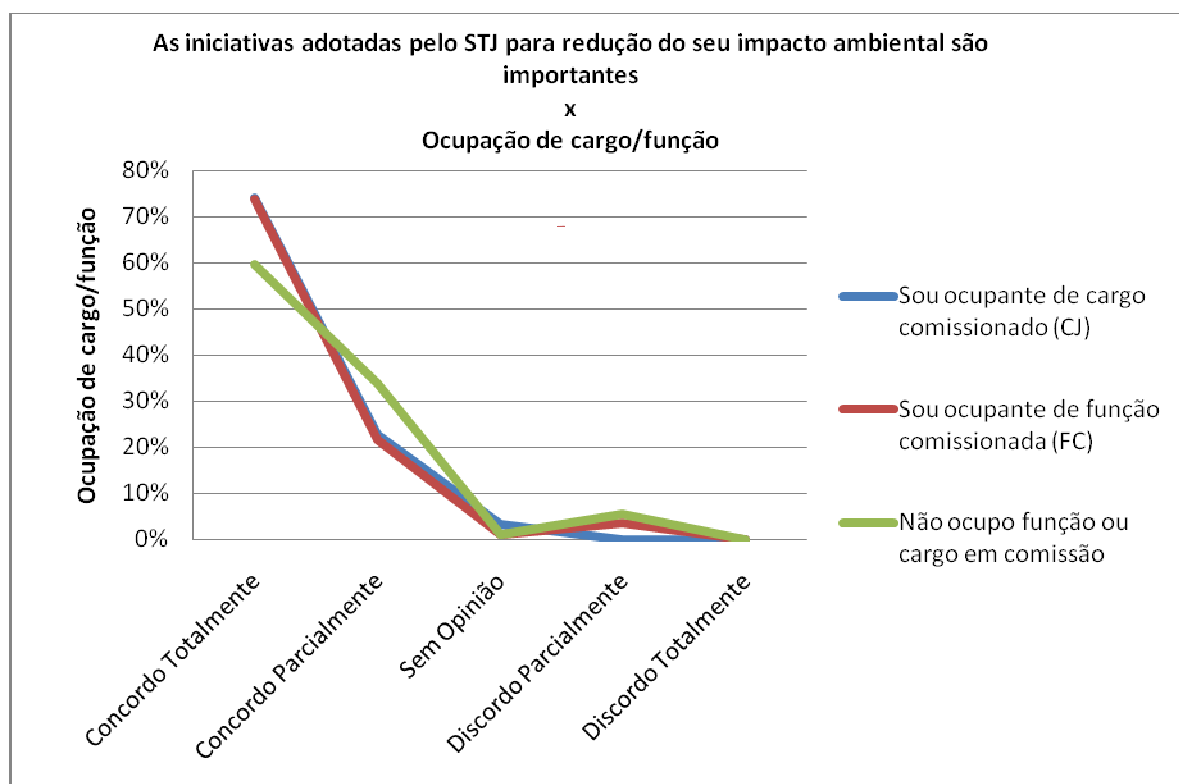


Gráfico 20. As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes x Ocupação de função/cargo

A análise do Gráfico 21, que representa a afirmativa “Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade” relacionada ao nível de escolaridade, demonstra que os ocupantes de mestrado apresentam o menor índice de concordância parcial e o maior de discordância, levantando-se

novamente a questão de que esses servidores podem ter um nível crítico mais elevado quanto à atuação e o comprometimento de seu corpo diretivo com as ações de sustentabilidade empreendidas do Tribunal.

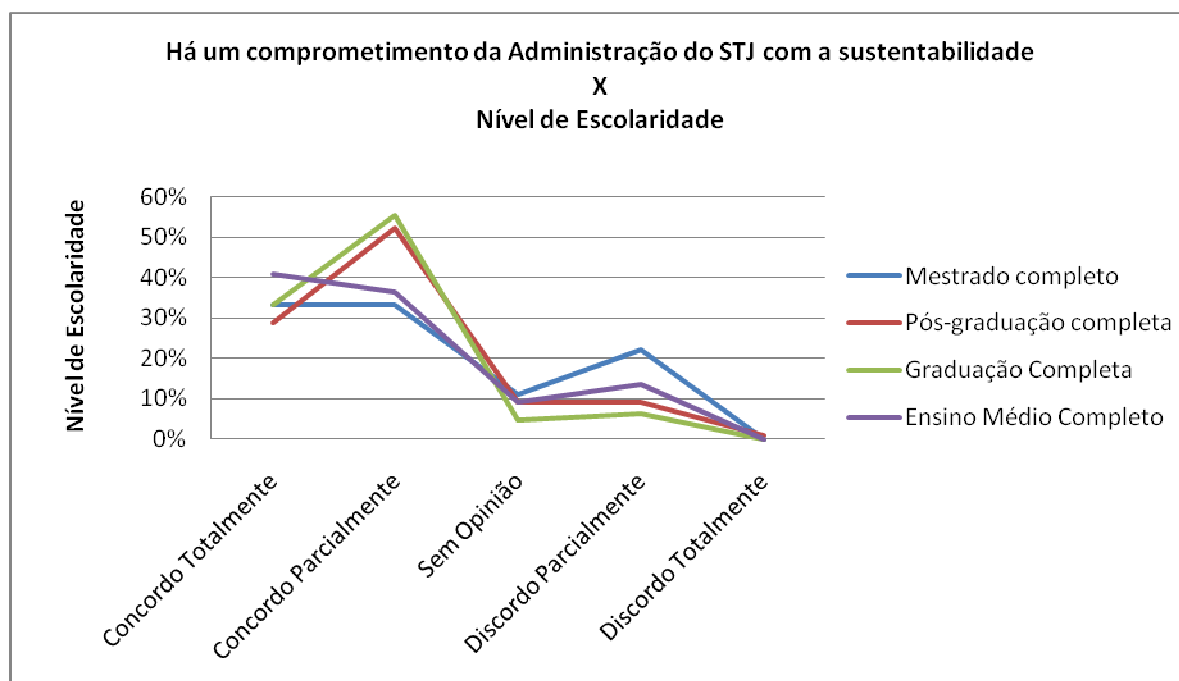


Gráfico 21. Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade x Nível de Escolaridade.

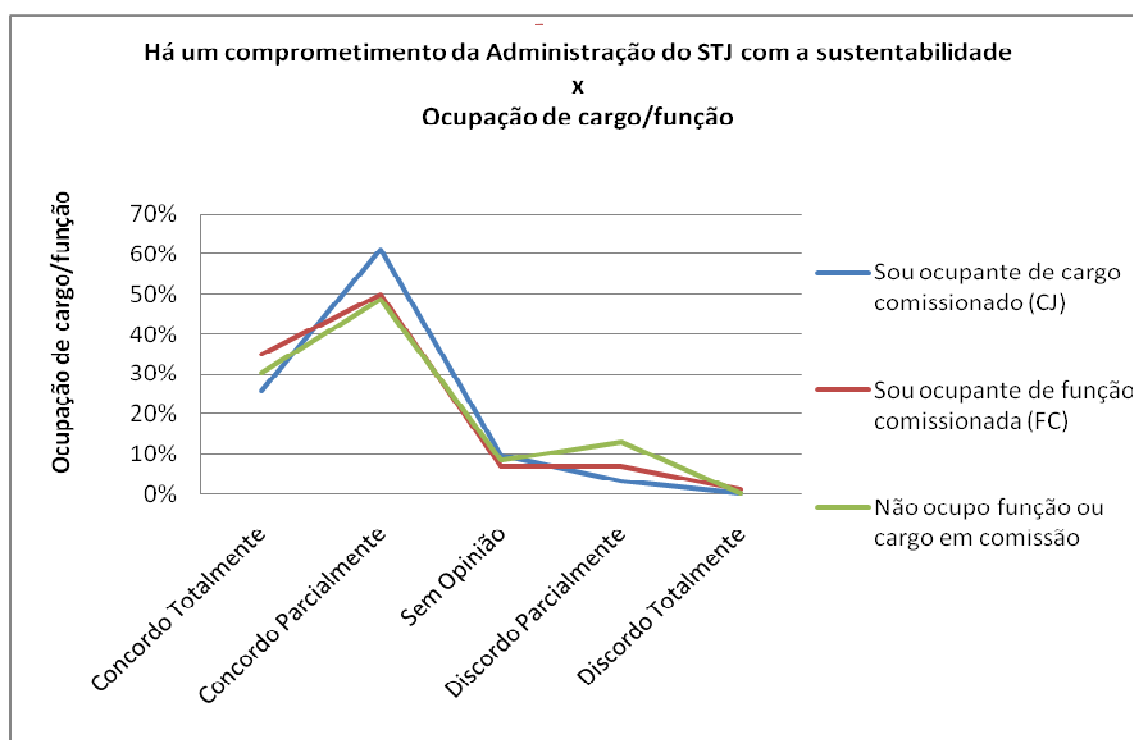


Gráfico 22. Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade x Ocupação de função/cargo.

Repetindo-se, entretanto, os padrões anteriores, a ocupação de função/cargo em comissão parece influenciar a percepção do comprometimento da Administração com a sustentabilidade, conforme Gráfico 22. Cabe ressaltar que, no caso dessa afirmativa, muitos respondentes estão avaliando o próprio comprometimento com as iniciativas, considerando que eles representam a “Administração do STJ”.

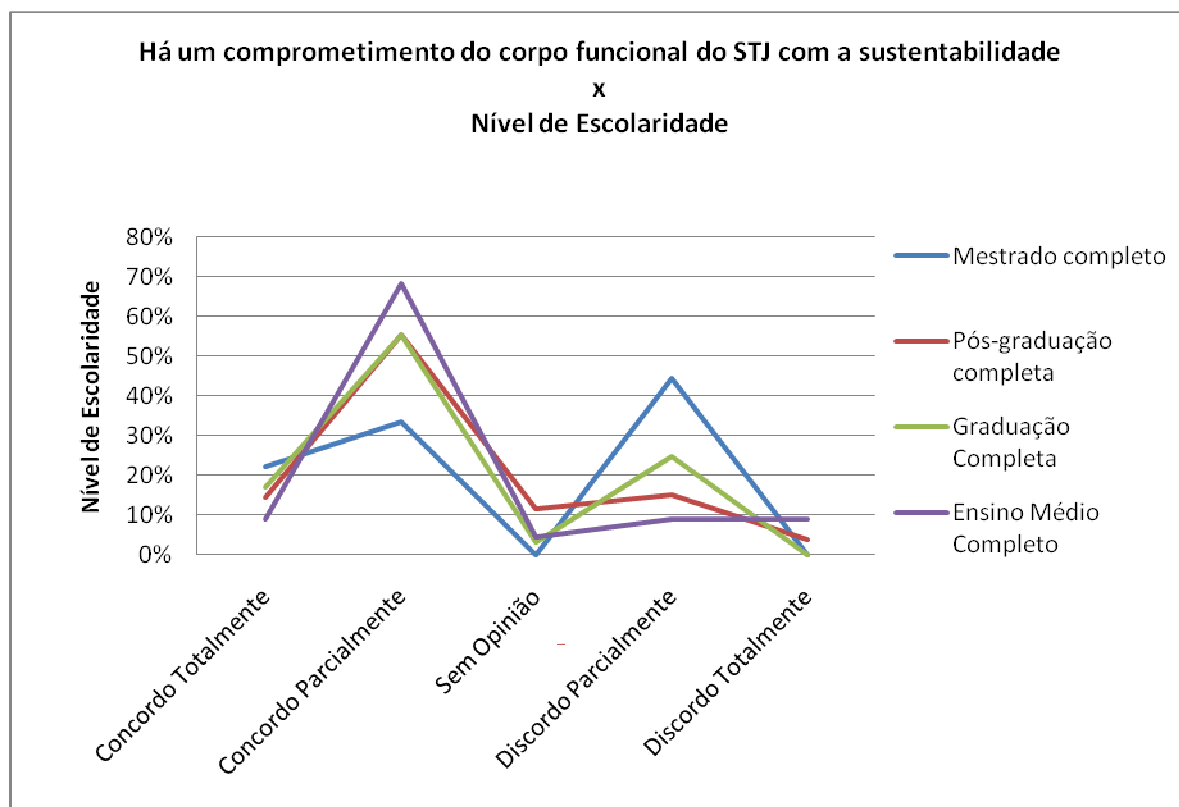


Gráfico 23. Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade x Nível de Escolaridade.

Na análise do Gráfico 23, o nível de escolaridade relaciona-se, de forma inversa, com a afirmativa nos resultados parciais, ou seja, o maior índice de servidores que concordam parcialmente com a afirmativa “Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade” é de servidores com o ensino médio completo (68,18%), e o maior índice dos que discordam parcialmente da afirmativa é representado pelos servidores com mestrado (44,44%). Pode-se inferir, com a análise, que o melhor nível educacional dos servidores torna-os mais exigentes com sua atuação, não considerando assim os padrões atuais de comprometimento satisfatórios.

Ao se analisar a variável ocupação de função/cargo (Gráfico 24), percebe-se, novamente, que os ocupantes de CJ demonstram uma maior percepção do



comprometimento dos servidores ao atingirem o índice de 64,52% que concordam parcialmente, seguidos pelos ocupantes de FC, que totalizam 48,86% dos que concordam totalmente.

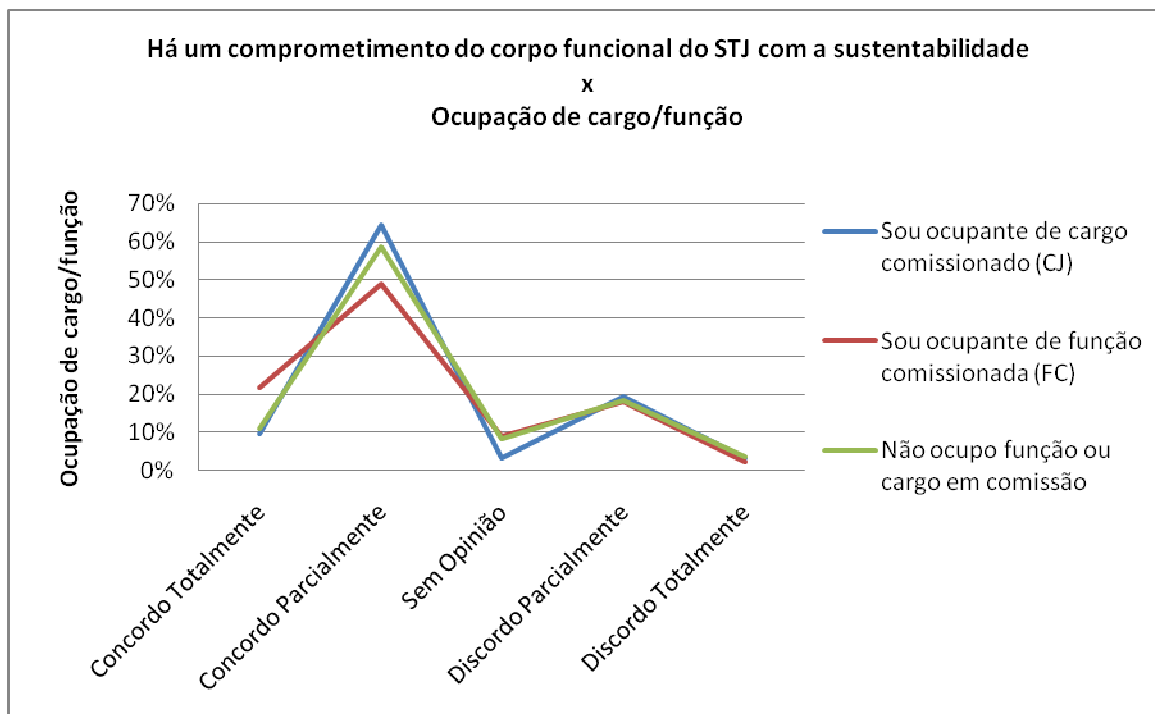


Gráfico 24. Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade x Ocupação de função/cargo

Por fim, na análise da última afirmativa, relativa à influência das ações de sustentabilidade empreendidas pelo STJ na vida do servidor, relacionada à escolaridade (Gráfico 25), observa-se uma nítida preponderância dos servidores com mestrado que apresentam os maiores índices quando concordam totalmente (33,33%) e quando concordam parcialmente (55,56%), o que pode representar que um maior nível de escolaridade é capaz de proporcionar uma maior conscientização dos servidores quanto aos problemas ambientais e, consequentemente, uma maior atuação do servidor em todos os ambientes – profissional, domiciliar e comunitário –, em favor da sustentabilidade.

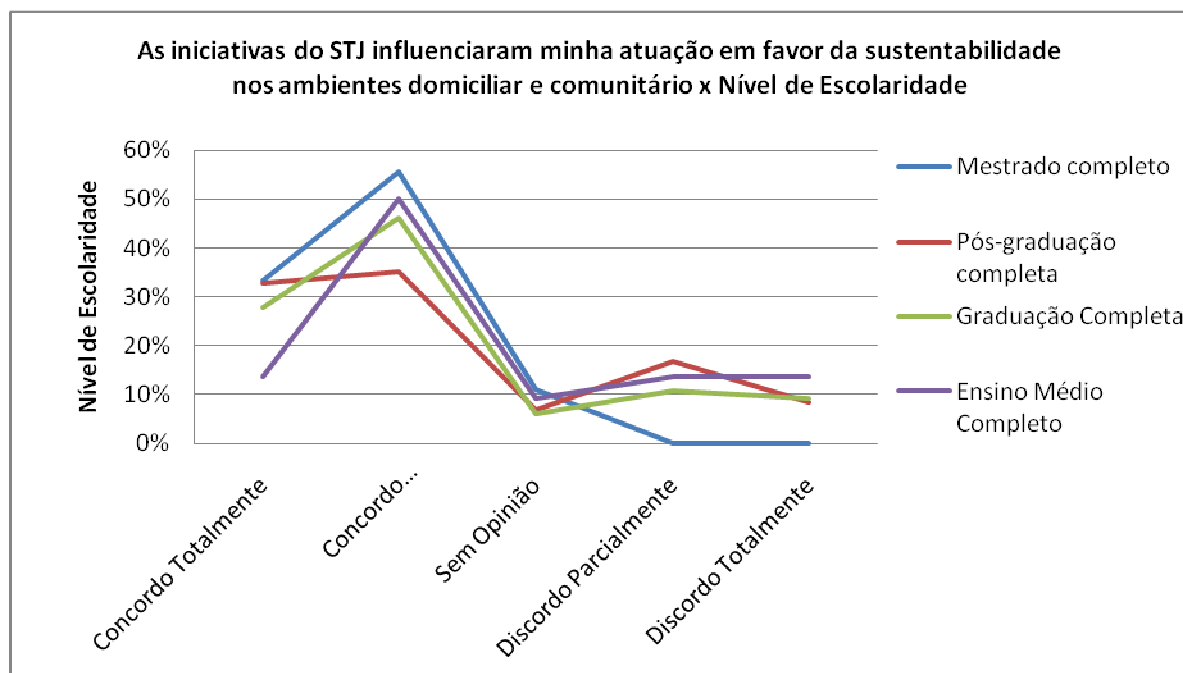


Gráfico 25. As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário x Nível de Escolaridade.

Na análise do Gráfico 26, que avalia a relação da ocupação de função/cargo comissionado, repete-se o fenômeno já observado: os servidores que estão mais envolvidos com a Administração do STJ apresentam maior concordância com a assertiva.

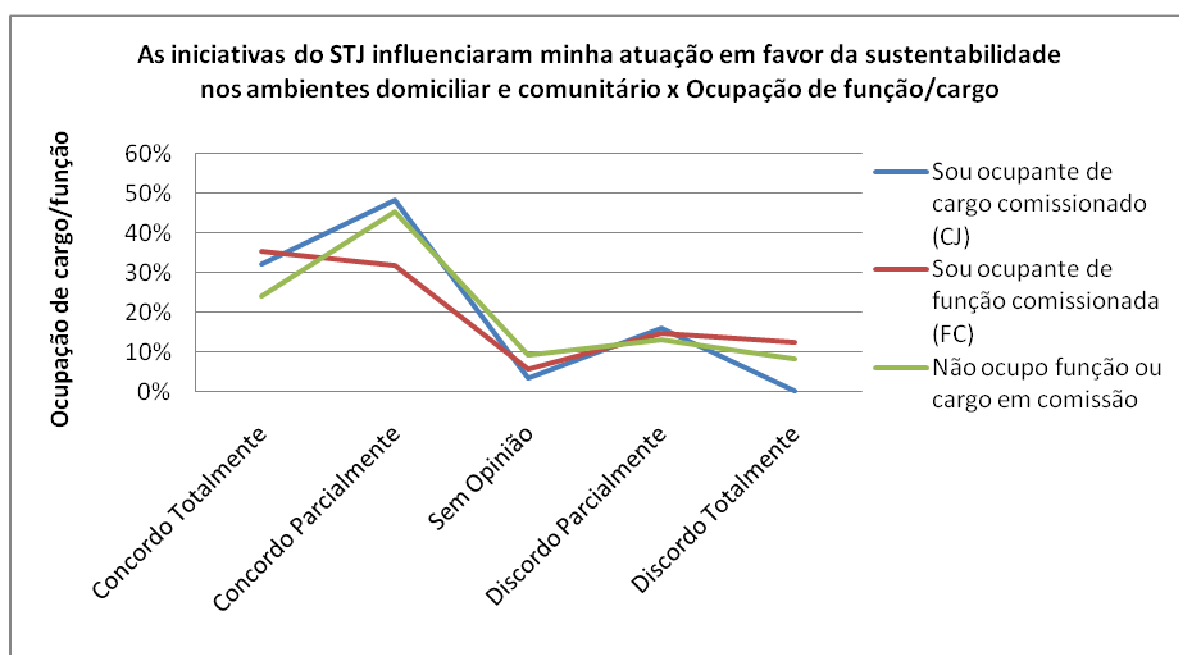


Gráfico 26. As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário x Ocupação de função/cargo

Ao final do questionário, foi aberto um espaço para o servidor manifestar-se sobre o tema, caso tivesse interesse em fazê-lo. As mais diversas opiniões foram apresentadas, incluindo críticas e sugestões.

As sugestões referiram-se à implantação de novas iniciativas como a reativação da Ouvidoria do STJ ou a implementação de um *home-office*, para que os servidores pudessem trabalhar em suas próprias residências.

As críticas focaram a atuação da Administração que, na opinião de alguns servidores, deveria ampliar a divulgação das iniciativas também aos funcionários terceirizados e estagiários; deveria minimizar os impactos ocorridos nas ações quando da troca de gestão no Tribunal, ocasião em que muitos projetos sofrem descontinuidade; deveria minimizar o uso de recursos como a água, dentre outras. Ademais, houve críticas acerca da motivação do Tribunal para realização das iniciativas ambientais, cogitou-se a adesão por modismo ou a falta de engajamento da alta Administração.

Quanto aos elogios, os servidores parabenizaram as iniciativas adotadas e reconheceram a importante atuação do STJ para a construção de uma consciência ambiental responsável.

## CONCLUSÃO

A frenética corrida das nações pelo desenvolvimento tem provocado uma degradação no meio ambiente sem precedentes, cujos efeitos são sentidos em todo o planeta.

Na busca por um desenvolvimento sustentável, o papel do Poder Público é fundamental, considerando sua legitimidade para criar normas, fiscalizar e regular a atuação da sociedade e da própria Administração Pública na exploração dos recursos naturais e na redução dos impactos ambientais.

Para difundir a importância do conceito de desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas vem atuando ativamente na promoção de conferências internacionais, que resultam em acordos de comprometimento em favor de um crescimento sustentável. No cenário interno, o Brasil vem adotando a Agenda 21 como instrumento de disseminação dos conceitos de sustentabilidade. Da mesma forma, a Administração Pública vem inserindo os conceitos sustentáveis na sua atuação, por meio da adoção da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Nesse contexto, o presente estudo de caso permitiu conhecer a atuação do Superior Tribunal de Justiça em favor da sustentabilidade e avaliar a percepção de seus servidores quanto à sustentabilidade ser um valor defendido pelo Tribunal, levantando-se, como hipótese, a possibilidade do nível de escolaridade e da ocupação de cargos dentro do Tribunal serem variáveis influenciadoras do aumento da percepção desses servidores.

Para se alcançarem os objetivos traçados, procedeu-se, primeiramente, a uma pesquisa bibliográfica acerca do tema abordado, o que permitiu obter uma ampla visão da evolução dos conceitos até os dias atuais.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa na base documental do STJ, fundamental para conhecer a criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental, as ações implementadas, bem como identificar que o tema da sustentabilidade faz parte do planejamento estratégico do Órgão, que possui, inclusive, metas a atingir.

Para conhecer as nuances que envolvem o trabalho do Programa e as dificuldades enfrentadas desde sua criação, em 2008, realizou-se pesquisa qualitativa explorativa, que se concretizou na realização de entrevista com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental, oportunidade em que se verificou que, antes da nomeação da Comissão que atua no Programa, o STJ não tinha nenhuma política de redução de impactos ambientais, tampouco havia ações que promovessem a conscientização dos servidores sobre o tema.

Além disso, verificou-se que os maiores desafios encontrados referem-se à resistência dos servidores em adotarem novas posturas que reflitam em economia de insumos ou redução de resíduos produzidos no Órgão. Percebeu-se, também, que algumas unidades que deveriam ser parceiras do Programa adotaram posturas defensivas, não colaborando da forma esperada e, em algumas vezes, oferecendo fortes resistências à implantação das iniciativas propostas.

Como forma de conhecer os trabalhos de educação ambiental e conscientização do servidor pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ, presenciou-se uma visita de sensibilização, que ocorreu à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais, à qual o Programa teve grande receptividade e oportunidade de expor a importância da adesão de cada servidor na busca pela sustentabilidade. Observou-se que as técnicas utilizadas foram coerentes com a proposta do Programa, iniciando por um vídeo, cujo objetivo era sensibilizar o servidor para a questão do desperdício e da necessidade de promover-se a coleta seletiva, seguindo com a apresentação das ações e dos resultados obtidos com a adesão dos servidores.

Por fim, para testar a hipótese aventada, bem como conhecer a percepção dos servidores quanto à sustentabilidade ser um valor defendido pelo STJ, aplicou-se um questionário a 2027 servidores, obtendo-se um retorno de 228 respostas, que, embora abaixo da amostra definida de 394 servidores, permitiu o alcance de importantes resultados para o presente estudo, os quais relata-se a seguir:

1. **Quanto ao conhecimento e comprometimento com as ações empreendidas no STJ:** verificou-se que algumas iniciativas são completamente desconhecidas dos servidores, o que provavelmente é resultado do baixo alcance da campanha realizada. Algumas dessas iniciativas poderiam proporcionar grande

economia para o Tribunal, como é o caso do uso da fonte *Spranq Eco Sans* no editor de texto do *Word*. Entretanto, a baixa divulgação da ação demonstrou que ela é pouco conhecida e, conseqüentemente, pouco utilizada.

As iniciativas mais conhecidas são aquelas que se referem ao descarte adequado de papéis e outros resíduos. Essas ações possuem não apenas o conhecimento dos servidores, como também seu comprometimento.

Para testar a veracidade da hipótese levantada, observou-se que a variável “nível de escolaridade” não foi um fator determinante no conhecimento das iniciativas, mas houve uma discreta influência quando a resposta envolvia o comprometimento com a ação.

No que diz respeito à ocupação de função/cargos (FC/CJ) no Tribunal, há uma alta influência dessa variável no conhecimento e comprometimento dos servidores com as iniciativas avaliadas. Na sua grande maioria, os servidores que responderam que estavam comprometidos ou altamente comprometidos com as iniciativas são ocupantes de função/cargo no STJ.

Pode-se concluir, com esse resultado, que um maior envolvimento com as diretrizes do Tribunal proporciona a esses servidores uma maior percepção da importância das ações ambientais empreendidas pelo Órgão e um maior comprometimento com suas metas e objetivos.

**2. Quanto ao reconhecimento da sustentabilidade ser um valor para o STJ:** os altos índices de concordância com as afirmativas que avaliavam a questão demonstram que os servidores reconhecem a sustentabilidade como um valor para o Tribunal e admitem, ainda, que as ações implementadas são importantes e que o STJ vem cumprindo seu papel na promoção da sustentabilidade.

Quando se avalia a influência da variável “nível de escolaridade”, verifica-se que, nesse caso, há uma elevação da percepção dos servidores que possuem maior escolaridade, principalmente quando a avaliação volta-se ao comprometimento da Administração e do corpo funcional do STJ. Nesses casos, esses servidores tornam-se mais críticos, denotando, em alguns casos, que os resultados obtidos ainda são insatisfatórios.

Quanto à ocupação de função/cargos (FC/CJ), novamente a variável mostrou alto grau de influência, percebendo-se que os maiores níveis de concordância referem-se sempre aos ocupantes desses cargos.

**3. Quanto à criação de uma consciência ambiental nos servidores do STJ:** o fato de a pesquisa demonstrar o alto reconhecimento dos servidores quanto à importância das iniciativas adotadas pelo STJ para reduzir seu impacto ambiental revela o alcance positivo das ações empreendidas, o que é corroborado com o índice de 70% dos respondentes que se declararam influenciados pelas ações do Programa, inclusive nos ambientes domiciliar e comunitário.

Das análises apresentadas, observa-se que, em geral, o STJ tem obtido sucesso na tarefa de criar uma consciência ambiental em seus servidores e de traduzir a sustentabilidade como um valor para o Órgão.

A variável “nível de escolaridade” influencia mais nas análises subjetivas que nas objetivas, enquanto a variável “ocupação de função/cargo” demonstrou ser altamente influenciadora em todos os aspectos da pesquisa.

Verifica-se, portanto, que os servidores que não estão designados para assumirem posições de assistência, chefia, assessoramento ou direção no STJ não demonstram estar tão envolvidos com os objetivos da Casa. Nesse ponto, há que se reforçarem não apenas os valores junto a esses servidores, mas também a missão e os objetivos estratégicos do Tribunal.

O presente estudo de caso permitiu verificar que, embora a sustentabilidade seja um valor para o Tribunal, que se esforça para difundir essa mensagem e obter resultados concretos, a área que atua diretamente com o tema não está prevista no organograma do STJ, tampouco existe um Regulamento para definir suas atribuições. Criou-se apenas uma Comissão para atuar em favor da sustentabilidade. Tal fato deixa o Programa de Responsabilidade Socioambiental muito vulnerável, considerando as trocas de gestão ocorridas a cada dois anos. Propõe-se, portanto, a criação de uma área ligada diretamente à Diretoria-Geral, com objetivos estratégicos constantes do Plano Estratégico do Tribunal.

Outra mudança proposta refere-se à inclusão da sustentabilidade na Missão e na Visão do Tribunal. Tal mudança comprometeria o Órgão a atuar sempre

com responsabilidade socioambiental. A Missão e a Visão do Tribunal passariam a ser descritas da seguinte forma:

- missão do STJ: processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida, efetiva e **socioambientalmente responsável**;

- visão do STJ: consolidar-se como o Tribunal da Cidadania, oferecendo justiça de qualidade, rápida, efetiva e **socioambientalmente responsável**.

Algumas dificuldades ou limitadores foram encontrados ao longo da pesquisa como a exiguidade do tempo para realizá-la, a ausência de relatórios de sustentabilidade e a ausência de respondentes ao questionário com escolaridade de Nível Fundamental e Doutorado, o que poderia ter permitido uma análise mais acurada da variável “nível de escolaridade”.

Propõe-se, para futuras pesquisas, a análise da redução do impacto ambiental produzido pelo STJ em razão da evolução dos resultados obtidos com as ações implantadas.



## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2002.

BANCO DO BRASIL. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2010.

BASTOS, Natasha Zadorosny Lopes. **A NATUREZA JURÍDICA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PREVISTA NA LEI DO SNUC (9.985/2000)**. Disponível em : <[http://www.nima.puc-rio.br/gruposdeestudo/nimajur/relatoriosnimajur/PIBIC\\_vers%20C3%20A3o\\_pr%20C3%20AAmio\\_IC%5B1%5D.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/gruposdeestudo/nimajur/relatoriosnimajur/PIBIC_vers%20C3%20A3o_pr%20C3%20AAmio_IC%5B1%5D.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2010.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/index.php>>. Acesso em : 27 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Grupo de Trabalho Rio + 10: De Estocolmo a Joanesburgo**. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.35.html>>. Acesso em: 19 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Compras Públicas Sustentáveis**. Legislação. Disponível em: <[http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?page\\_id=9](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?page_id=9)>. Acesso em: 25 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em : 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/manual\\_a3p\\_4ed\\_rdz.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/manual_a3p_4ed_rdz.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Informativo da Pesquisa de Avaliação da Agenda 21**. Número 2. 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/boletimpesquisan2\\_18.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/boletimpesquisan2_18.pdf)>. Acesso em : 30 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 05 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <[www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)>. Acesso em: 05 out. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Plano Estratégico do STJ 2014**. 2010. Disponível em: [https://intrasec.stj.jus.br/intranet\\_docs/unidades/planejamento\\_estrategico\\_edicao\\_pagina/Plano\\_Estrategico\\_STJ2014\\_atualizado\\_set2010.doc.pdf](https://intrasec.stj.jus.br/intranet_docs/unidades/planejamento_estrategico_edicao_pagina/Plano_Estrategico_STJ2014_atualizado_set2010.doc.pdf). Acesso em 19 out. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Programa de Conservação de Água**. Primeiro Relatório Parcial . 2009. Disponível em: [https://intrasec.stj.jus.br/intranet\\_docs/socioambiental/relatorio%20parcial%201.pdf](https://intrasec.stj.jus.br/intranet_docs/socioambiental/relatorio%20parcial%201.pdf) >. Acesso em: 19 out. 2010.

BURSZTYN, Marcel. **Ciência, Ética e Sustentabilidade**: Desafios ao Novo Século. São Paulo: UNESCO, 2001.

CARVALHO, Rafael. **Meio Ambiente e Integração Mundial: Dois caminhos que se confundem**. Publicado em 21.11.2008 Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/11562/1/Meio-Ambiente-e-Integracao-Mundial-Dois-Caminhos-Que-Se-Confundem/pagina1.html> >. Acessado em: 19 out. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CORRÊA, Rogério. **Licitações Sustentáveis: A Nova Realidade das Compras Públicas**. Revista Negócios Públicos, Paraná, ano IV, 2008.

DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTADOS UNIDOS. **United States Environmental Protection Agency - EPA**. Disponível em: [www.epa.gov](http://www.epa.gov) >. Acesso em 29 out. 2010.

FELDMANN, FABIO. **Entendendo o Meio Ambiente: Tratados e Organizações Internacionais em Matéria de Meio Ambiente – Volume I**. São Paulo: SMA, 1997. Disponível em: [http://homologa.ambiente.sp.gov.br/entendendo\\_ma/volume%201.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/entendendo_ma/volume%201.pdf) > . Acesso em: 19 out. 2010.

KMETEUK FILHO, O. **Pesquisa e Análise Estatística**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2005.

MIRANDA, Henrique Savonitti. **Curso de Direito Constitucional**. Brasília: Senado Federal. 2004.

MONTEIRO, Antonio José L. C. **Legislação Ambiental**. Disponível em : [http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb\\_pinheironeto\\_livreto/pdf/070507111358a\\_mbiencial\\_2007.pdf](http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb_pinheironeto_livreto/pdf/070507111358a_mbiencial_2007.pdf) >. Acesso em: 28 out. 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVERIA, Antônio Inagê de Assis. **Introdução à Legislação Ambiental Brasileira e Licenciamento Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

RICCIO, Farlei Martins. **Licitação Sustentável**. Publicado em: 08.08.2008. Disponível em: <http://direitoadministrativoemdebate.wordpress.com/2008/08/08/licitacao-sustentavel/>. Acesso em: 20 set. 2010.

SANTOS, Fernanda Marinela de Sousa. **Direito Administrativo**. Salvador: JusPODIVM. 2006.

SCHMIDT, Flávia. **Entendendo o que é sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.percepcoes.org.br/artigos.asp?idartigo=261>. Acesso em 29 out. 2010.

## APÊNDICE

### Questionário da pesquisa realizada com os servidores do STJ.

Prezado Servidor,

A presente pesquisa tem por finalidade conhecer a percepção do servidor do STJ quanto às ações empreendidas no Tribunal, em favor da sustentabilidade ambiental.

Sua participação neste estudo é completamente voluntária. Entretanto, você poderá se retirar a qualquer momento, caso se sinta desconfortável respondendo alguma questão.

Suas respostas serão estritamente confidenciais. Se houver dúvidas sobre a pesquisa ou os procedimentos, por favor entre em contato com Patrícia Gonçalves de Carvalho, por meio do e-mail [patricia.carvalho@stj.jus.br](mailto:patricia.carvalho@stj.jus.br).

Muito obrigada pela colaboração e por disponibilizar seu tempo.

Por favor, para iniciar a pesquisa, clique no botão INICIAR abaixo.

1. ASSINALE ABAIXO SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

1. Doutorado concluído
2. Mestrado concluído
3. Pós-graduação concluída
4. Graduação concluída
5. Ensino Médio concluído
6. Ensino Fundamental concluído

2. ASSINALE ABAIXO A OPÇÃO ADEQUADA QUANTO À OCUPAÇÃO DE FUNÇÃO/CARGO COMMISSIONADO NO STJ:

1. Sou ocupante de cargo comissionado (CJ-1 a CJ-4)
2. Sou ocupante de função comissionada (FC-1 a FC-6)
3. Não ocupo função ou cargo em comissão

3. DENTRE AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPREENDIDAS PELO STJ, ABAIXO LISTADAS, ASSINALE A OPÇÃO QUE REPRESENTA SEU GRAU DE CONHECIMENTO E ENVOLVIMENTO COM A INICIATIVA:

	Desconheço a iniciativa	Conheço a iniciativa	Conheço e estou comprometido com a iniciativa.	Conheço e tenho alto comprometimento com a iniciativa.
Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compostagem – reciclagem vegetal no STJ	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ecoparceiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Feira Orgânica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eventos de Educação Ambiental (palestras, campanhas de conscientização, datas comemorativas: Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projeto de Conservação de Água no STJ	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Utilização da fonte Spranq Eco Sans no editor de texto Word	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização da papelaria individual para coleta de papéis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização de coletores coletivos para descarte de papel, metal, vidro e plástico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização de impressão frente e verso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização do copo plástico retornável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização do papel reciclado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recolhimento de pilhas e baterias de celulares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução do uso das garrafas plásticas de água mineral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. QUANTO AOS ESFORÇOS EMPREENDIDOS PELO STJ PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO ÓRGÃO, VOCÊ PODE AFIRMAR QUE:

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Sem Opinião	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
O STJ preocupa-se com o meio ambiente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O STJ tem-se esforçado para criar uma consciência ambiental em seus servidores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As iniciativas adotadas pelo STJ para redução do seu impacto ambiental são importantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há um comprometimento da Administração do STJ com a sustentabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há um comprometimento do corpo funcional do STJ com a sustentabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As iniciativas do STJ influenciaram minha atuação em favor da sustentabilidade nos ambientes domiciliar e comunitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ESTE ESPAÇO ESTÁ RESERVADO PARA COMENTÁRIOS, CASO QUEIRA FAZÊ-LOS:

PARA FINALIZAR, POR FAVOR CLIQUE NO BOTÃO FINALIZAR.